



# Intervenções no Primeiro Colóquio dos Professores de História dos Liceus de Lisboa

---

## Delfim Santos (1959)

*Palestra, Revista de Pedagogia e Cultura* 6, Liceu Normal de Pedro Nunes, Lisboa 1959, 94-129.

JORNAL DE 4 DE ABRIL

I

### 1.<sup>a</sup> REUNIÃO: 24 DE JANEIRO DE 1959

Usou da palavra, em primeiro lugar, o *Sr. Reitor do Liceu Normal de Pedro Nunes*, que começou por saudar as pessoas presentes e por explicar o objetivo da reunião. Estavam ali, disse, para tratar não de um problema com interesses e implicações de ordem material, como seria, por exemplo, o aumento dos ordenados, mas sim para discutirem e estudarem, desinteressadamente, um problema de fundas repercussões culturais: a didática da História no ensino liceal. Saudou o Prof. Nunes Dias, da Universidade de S. Paulo, cuja presença no Colóquio testemunhava, uma vez mais, a união afetuosa e intelectual de Portugal e Brasil. Saudou também os professores da Universidade de Lisboa, que gentilmente tinham acedido ao convite para colaborarem no Colóquio. Referiu-se ao [Prof. Delfim Santos, ligado a todos os problemas do ensino, pela sua missão de catedrático de Ciências Pedagógicas da Faculdade de Letras](#), assim como aos Drs. Ferreira de Almeida, Jorge de Macedo e Oliveira Marques. Se outra vantagem não tivesse o Colóquio, teria a de estabelecer com eles um convívio, uma permuta de sentimentos. Mas, para além desses motivos justificativos da realização do Colóquio, havia ainda a apontar a necessidade real que existe em aproximar os professores. Há na verdade, afirmou o Sr. Reitor, problemas comuns aos professores de História, os quais, lhe parecia, deveriam ser debatidos e as conclusões e resultados alcançados levados até às instâncias superiores, tanto mais que, felizmente, temos um ministro permeável e compreensivo perante os problemas e as opiniões alheias. Assim, poderiam estas reuniões vir mesmo a influenciar a futura legislação. E, terminando, manifestou o desejo de, no caso de não haver oposição, ser dispensado o protocolo e ser uma sessão de mesa redonda a que ali se ia efetuar. Conviria também



www.delfimsantos.org

discutir aspetos práticos, tais como os da duração das reuniões, do número de sessões a efetuar e do tempo máximo concedido a cada orador. Havia o perigo de não se chegarem a estudar os temas convenientemente, ou de os pulverizar. Um justo equilíbrio era portanto defensável, devendo, por isso, haver um limite de tempo para as sessões e para cada orador usar da palavra. Depois de agradecer novamente a todos que haviam acedido ao seu convite para participar no Primeiro Colóquio dos Professores de História dos Liceus de Lisboa, o Sr. Reitor terminou, concedendo a palavra ao Dr. Joel Serrão, a quem especialmente cumprimentou, por ter tido a iniciativa desta reunião.

Dr. Joel Serrão: Começou por frisar o interesse cultural do debate que ia efetuar-se, passando em seguida a expor em que moldes fora concebido o Colóquio:

A) - «Debate entre professores sobre problemas decorrentes da profissão.

B) - A profissão docente levanta, claro está, problemas de ordem geral - pedagógicos, didáticos, e outros - que seria demasiado ambicioso propor para discussão, desde já.

C) - Tentemos a experiência, de âmbito mais modesto, mas de possível utilidade imediata, que consistirá em circunscrever o nosso debate a problemas específicos do ensino da História, que, ulteriormente, desde que entendamos valer a pena, se poderá alargar aos problemas específicos do ensino da Filosofia.

D) - De qualquer forma, mais ou menos ambicioso, o nosso Colóquio não poderá deixar de assumir, fundamentalmente, feição pedagógico-didática.

E) - Há necessidade de um temário. Sugere-se um, evidentemente sujeito à vossa aceitação total ou parcial, ou à substituição por outro que venha a parecer-nos mais adequado às nossas necessidades mais prementes».

Esse temário incidiria, em primeiro lugar, sobre os 2.º e 3.º ciclos, considerando o 2.º ciclo o mais importante, pela massa discente que envolve, por ser período de iniciação, etc. Resolvidos os problemas respeitantes ao 2.º ciclo, os do 3.º não oferecem dificuldades. Tratar-se-á tão-somente de levar aí mais longe aquilo que para o ciclo anterior se tenha estabelecido. É evidente que o 2.º e 3.º ciclos têm objetivos diferentes. Parecia-lhe contudo ser o 2.º ciclo o mais importante, pois implica quase todos os problemas da didática da História. Daí a forma como se apresentara o 1.º ponto do plano na Agenda dos trabalhos. Seguidamente, afirmou que uma dificuldade se poderia deparar: definir o que é História. Parecia-lhe, no entanto, que não havia vantagem em perder tempo com a determinação desse conceito; por isso, propunha o conceito de Marc Bloch, o qual considera a História como a «ciência dos homens no tempo». Escolhera Marc Bloch, acrescentou, porque era um grande historiador, atualmente na vanguarda da historiografia moderna. Desse conceito conclui-se que a História concerne ao sentido do tempo transcorrido e, por isso, o objetivo didático fundamental poderia levar os alunos a uma perspetiva temporal dos



www.delfimsantos.org

eventos civilizacionais gerais e pátrios. Portanto, criar e desenvolver o sentido do tempo histórico, parecia-lhe o *desideratum* primacial, pois sem ele não há História possível.

Seguidamente, referiu-se a outro problema que poderia ali ser tratado:

- A História aprende-se ou compreende-se? Sim: compreende-se. Mas da teoria à prática, que grande distância!

A prática docente começa pelo Manual e pela preocupação de levar os alunos a exame e, por isso, o professor sente que está a ensinar num sentido errado. Na teoria, dizemos que a História «se compreende», mas na prática leva-se o aluno apenas a aprender. Hesitara, afirmou depois o orador, entre um temário que incluísse, como rubricas fundamentais, A lição, O Manual, A Sala de História, Tarefas dos Alunos, e outro que levasse a explicitar certos problemas em função dos quais fôssemos levados a reconsiderar a lição, o manual, a sala de História e, implicitamente, essa hidra de nove cabeças, a que vulgarmente se dá o nome mais modesto de exame. Acabara por preferir a última via. E, assim, propunha que se ocupassem das seguintes tarefas: averiguar, primeiro, se será possível criar e desenvolver o sentido do tempo histórico nos alunos do 3.º ao 5.º anos, e, em caso afirmativo, como devemos encarar:

a) A lição. Começaria por ela, pois seria utópica uma didática em que não se reconhecesse um papel fundamental ao professor. Tratou também da necessidade de uma Sala de História em cada liceu, ideia em que se deveria insistir;

b) O manual. Os manuais que temos e os que desejaríamos possuir. É um problema grave, diante do qual soçobram os esforços do professor. O seu esforço não pode ser secundado pelos manuais existentes, dos quais, era preciso confessá-lo, todos os professores estavam cansados, e os alunos ainda mais. Parecia-lhe também que não se poderia tentar nada de novo sem utilizar sistematicamente o documento escrito, artístico e técnico. Infelizmente, porém, possuímos coleções de documentos estrangeiros, mas não de documentos portugueses, para utilizar nas aulas de História. E haveria ainda a considerar as tarefas dos alunos, dentro duma escola ativa, ou seja, levá-los a uma atitude investigadora ante o passado, caso contrário malograram-se os esforços de mestres e de alunos.

A segunda tarefa a levar a cabo pelos participantes no Colóquio seria a comunicação de experiências levadas a efeito e seus resultados, apresentação de sugestões, pontos de vista, etc. A terceira e última tarefa consistiria na sumariação dos resultados alcançados e sua comunicação ao Ministério da Educação Nacional.

Dr. Fernando Gilot: Começou por cumprimentar os seus colegas ali presentes e por manifestar a sua concordância com o plano exposto, embora lhe parecesse que entre o 2.º e 3.º ciclos liceais havia uma diferença importante. Por isso, em seu



[www.delfimsantos.org](http://www.delfimsantos.org)

entender, dever-se-ia tratar, primeiramente, do 2.º ciclo e depois do 3.º, estabelecendo-se assim as distinções que existem entre ambos. Relativamente ao que havia de comum, no ensino da História, nesses ciclos, concordava em que a História se compreende e não se aprende, segundo o antigo conceito pedagógico. O aprendizado, tal como hoje se entende, não é transmissão de saber e por isso tem de ser compreensão. Ensinar um aluno é ajudá-lo a fazer uma conquista pessoal. Mas, pergunta-se: «Estaremos nós, os professores de História, a proceder assim?» Não, nem isso seria possível. Ou se ensina bem e não se dá toda a matéria do programa, ou faz-se o contrário. Por isso, pelo que lhe toca, tem procurado resolver o problema por meio de um sistema misto, ensinando História como lhe parece que deve ser ensinada, durante parte do ano letivo. Procede deste modo, afirmou ainda, em primeiro lugar porque, como professor, deseja orientar o ensino de harmonia com as exigências pedagógicas modernas e, em segundo lugar, em virtude das próprias exigências do estágio. No resto do ano letivo, o seu ensino é apenas transmissão de saber, para conseguir dar toda a matéria do programa oficial. Este estado de coisas levou o orador a formular um voto: dado que o ensino se deve fazer segundo um método ativo, é justo que os professores tenham o direito de pedir que lhes sejam dadas as condições indispensáveis para cumprirem a sua missão. E para tal impõe-se, como primeira aquisição, uma redução das matérias a ensinar. É, pois, necessário reduzir o programa. Este deve ser elaborado tendo em vista a evolução da humanidade e os aspetos característicos e caracterizadores de cada época, atendendo ao que há de fundamental em cada século, pondo à margem os aspetos não essenciais, que impedem o esclarecimento dos fundamentais. Devem, pois, os professores de História erguer a sua voz para conseguirem ensinar pouco, quer dizer, com mais propriedade, o essencial, mas bem, a não ser que não se importem de trair a sua missão. A necessidade de se conseguir esta alteração na didática da História liceal é bem demonstrada pela elevada percentagem de reprovações que as estatísticas registam. Sendo a História uma disciplina relativamente fácil e indicando os dados estatísticos que os alunos não gostam de História, necessariamente tem que haver um vício e esse é decerto a extensão dos programas. A existência de turmas com muitos alunos terá também a sua influência, mas secundária. O ponto principal é, pois, concluiu, a extensão desmedida do programa de História. Tudo quanto se possa dizer derivará deste dado fundamental.

Dr. Luís Terry: Depois de anunciar que a sua intervenção teria um caráter muito sintético, manifestou a sua concordância com as afirmações do Dr. Gilot, o qual, em sua opinião, tocara pontos fundamentais. O ensino da História, segundo pensa, deve ter predomínio sobre todas as outras didáticas. Em seu entender, há povos com mais historicidade e outros com menos historicidade. Povos há que realizam a sua vida nacional adentro das suas fronteiras, enquanto outros participam da evolução geral da humanidade realizando tarefas de que esta beneficia. São estes os povos com



www.delfimsantos.org

grande historicidade e o português é um deles. Por isso, continuou, é preciso que os Portugueses tenham consciência dessa historicidade e os professores a transmitam aos alunos. As nossas tradições e a existência de Portugal ultramarino exigem dos Portugueses uma consciência desses factos. É necessário criá-la, é necessário evitar casos como os sucedidos quando dos ataques a Dadrá e Nagar-Aveli, em que muitos portugueses manifestaram a sua surpresa perante a existência desses territórios e a sua situação especial, o que significa precisamente a ausência dessa consciência. Um outro aspeto ainda lhe parecia que devia ser focado: o ensino da História é desafeto, não cria simpatias nos alunos. Os alunos gostam de histórias, mas antipatizam com a História. É necessário, pois, utilizar uma didática da História que desperte o interesse. É preciso fazer-se um inquérito, para descobrir os aspetos que incomodam os alunos e os que os levam a não sentirem simpatia por essa disciplina.

Dr. Rui Grácio: Há pontos processuais ainda a aplanar, afirmou logo de início. Acrescentou depois que convinha fixar a duração do Colóquio e das intervenções, saber se a Agenda fora aceite e se deveriam segui-la ponto por ponto. Manifestou o seu acordo e aplauso à ideia do Sr. Reitor de se excluir o protocolo, o que no entanto não excluiria a escolha duma pessoa para dirigir Colóquio, o que ainda se não fizera.

Senhor Reitor: Propôs que o Colóquio fosse dirigido pelo [Prof. Delfim Santos](#), pois afigurava-se-lhe que era ele a pessoa nas melhores condições para o fazer.

[Prof. Delfim Santos](#): Começou por agradecer ao Sr. Reitor tê-lo escolhido para dirigir o Colóquio. Antes de mais, parecia-lhe que se deveria voltar à Agenda, que fora aliás bem ordenada. Mas, em sua opinião, avançara-se demasiadamente depressa. Questões prévias deviam ser ainda tratadas. O 2.º ciclo, isto é, o período que abrange os 13-15 anos, é o mais importante, escreveu-se na Agenda. Avançou-se depois para uma definição de História, como a ciência dos homens no tempo. Ora, perguntou o [Prof. Delfim Santos](#), é possível, nesta fase da adolescência, conseguir que o aluno tenha a compreensão do tempo histórico? Antes de discutir se a História é edificante ou não, quais as matérias a serem postas em relevo e quais devem ser retiradas do programa, há que tratar da questão de se saber se o aluno, nessa idade, compreende o tempo histórico. Referindo-se às afirmações do Dr. Terry, disse que eram várias as causas por que a História era desafeta aos alunos. Esta não lhes dava a certeza a que estavam habituados, aquela certeza que lhes dera, por exemplo, o estudo da Física; dá-lhes, pelo contrário, uma situação de insegurança. E a terminar afirmou que, em seu entender, a criança nessa idade pode começar a compreender a História. E se esta não se deve aprender, mas sim compreender, é bom notar que se devem aprender pelo menos as suas categorias fundamentais.

Dr. Joel Serrão: Manifestou a sua plena concordância com o [Prof. Delfim Santos](#) e considerava, portanto, também como essencial saber se seria possível criar ou desenvolver a consciência do tempo histórico aos alunos do 2.º ciclo.



www.delfimsantos.org

Dr. Rui Grácio: Começou por manifestar a sua concordância com o Dr. Gilot acerca da continuidade do 2.º e 3.º ciclos, embora houvesse algumas diferenças. Quanto ao conceito de História apresentado pelo Dr. Joel Serrão, parecia-lhe que fora prejudicado pela sua posição de investigador. Deveriam partir de dois ou três conceitos. Era necessário formar-se uma ideia clara do objetivo do ensino, saber porque se ensina História. O Dr. Joel Serrão afirmara que se devia dar uma perspetiva temporal dos eventos, mas estaria o aluno interessado nela? Parecia-lhe que sim, mas, perguntava, até que ponto? A História, continuou, tem para os alunos um interesse vivo, desde que responda às suas perguntas e a outras que eles nem chegam a formular. A criança interessa-se pela História, pois esta trata da sociedade e ela procura compreendê-la. Por isso, disse, a concluir: parecia-lhe que a História deveria dar à criança a compreensão do mundo em que vive. Este é que deveria ser o ponto de partida.

Prof. Delfim Santos: A criança, não tendo consciência do tempo histórico, não pode compreender, por exemplo, os Egípcios ou os Caldeus, tão longínquos. Por isso, a História deve começar pelo presente e dirigir-se posteriormente ao passado. Portanto, um ponto a debater seria: A criança deve aprender a história próxima. Já Diderot pensara que a História devia ser ensinada do presente para o passado.

Dr. Rui Grácio: Esclareceu que não defendera a ideia do ensino da História do presente para o passado.

Prof. Delfim Santos: Declarou que não lhe atribuíra tal afirmação, tendo referido Diderot porque corroborava as ideias do Dr. Rui Grácio.

Dr. Duque Vieira: Começou por dizer que, no 2.º ciclo, há um desacordo de ideias e aspirações entre o professor e os alunos. O professor tende para uma História analítica e explicativa e os alunos apreciam o romanesco, valorizam a luta, apreciam as batalhas. Assim, ainda recentemente, lhes tivera que explicar, em pormenor, a batalha de Aljubarrota, pois certas investigações recentes tinham despertado o interesse dos alunos. Neles, há a paixão pela História, mas pela História romanescas.

Prof. Delfim Santos: As palavras do Dr. Duque Vieira confirmavam o que se dissera: os alunos interessaram-se pela batalha de Aljubarrota porque esta se tornara presente. Essa seria pois a missão do professor: tornar a História presente.

Dr. Ferreira de Almeida: Tendo começado por manifestar a sua discordância relativamente à possibilidade de se criar nos alunos do liceu, mesmo do 6.º ano, perspetivas temporais dos eventos, pois em seu entender o aluno nessa fase não compreende a História, mas aprende-a, afirmou seguidamente que por isso se deveria, de preferência, criar um sentido de devir no aluno, fazer nascer nele a noção das diferenças. O aluno deve sentir as diferenças que distinguem as várias épocas da História. A História, continuou, devia incidir em particular sobre o aspeto



[www.delfimsantos.org](http://www.delfimsantos.org)

civilizacional, focar a maneira de viver dos homens. Uma das coisas que mais interessam aos alunos é saber que o homem, em certas fases da sua evolução, enfrentou situações semelhantes às atuais e se comportou perante elas de certo modo. Esta noção é que deveria ser o ponto de partida da didática da História. Quanto a saber-se se deveriam os programas conter mais ou menos matéria, é difícil decidir o que devemos cortar. Suprimiremos os povos ou os factos? Os Caldeus ou os Fenícios? Continuando, disse que se deveria também ver a diferença existente entre História da civilização e das nações, parecendo-lhe que a história destas se deve exprimir mais espiritualmente e a das civilizações, mais temporalmente. A terminar, afirmou o Dr. Ferreira de Almeida que queria ainda tocar noutro ponto: parecia-lhe ser uma ilusão pensar que um aluno do 3.º, 4.º ou 5.º ano faça investigação documental. Até na Universidade havia dificuldade em conseguir que os alunos a fizessem, quanto mais no Liceu. O documento histórico não fala, quem fala é o leitor. Como pode, portanto, um aluno do Liceu fazer investigação? Se lhe derem documentos cozinhados, ele resume-os e mais nada.

Prof. Delfim Santos: Salientou que as palavras do Dr. Ferreira de Almeida implicavam uma outra compreensão da História. A descoberta, pelo aluno, num documento, daquilo que já fora encontrado, tinha um alto valor pedagógico. Não teria essa descoberta interesse para a historiografia, mas aproveitava à formação do aluno, objetivo que se tinha em vista.

Dr. Ferreira de Almeida: Replicou que admitia essa conceção, tendo em vista a criação, no aluno, da ideia da relatividade dos conhecimentos históricos.

Prof. Delfim Santos: Afirmou que a História deve ser entendida como reconstituição da experiência humana. O professor deve procurar reconstituir a História aos alunos a partir dos documentos, utilizando a televisão, aproveitando extratos de filmes históricos, como se faz em França. A História, continuou, só pode ter interesse para o adolescente quando o ajuda à compreensão do homem e da sociedade. Por isso, tem que ser uma reconstituição, devendo, portanto, colocar à margem as experiências humanas não significativas.

Dr. Joel Serrão: Começou por confessar que as afirmações do Dr. Ferreira de Almeida o tinham deixado perplexo. Em primeiro lugar, assim como o professor de Física, ensinando Física, não tem em mente fazer do aluno um físico, o mesmo sucede com o professor de História que não busca fazer historiadores. A alternativa consistia ou em se fazer um ensino ativo, utilizando o documento, ou então em se contarem aos alunos os acontecimentos o melhor possível, narrando-lhes factos e teorias, que eles acabam por decorar, e depois esquecem, nada ficando. Continuando, disse que nunca pensara em fazer dos alunos liceais investigadores. O que se tem feito, e com bons resultados, é colocá-los diante dum documento, escolhido e estudado, e, por meio dum questionário, levar os alunos a servirem-se do documento. E concluiu



[www.delfimsantos.org](http://www.delfimsantos.org)

afirmando que sem uma perspetiva temporal não há História, embora essa perspetiva possa e deva ter vários graus. É necessário tomar-se consciência dos pontos até onde os alunos podem chegar, atuando-se então de acordo com os resultados obtidos, sem o que não haverá um verdadeiro ensino da História.

Prof. Delfim Santos: A História, disse, não está feita e por isso o professor de História tem que ensinar como se faz a História, mas ao nível de compreensão dos jovens. A História está sempre a fazer-se e a desfazer-se e por isso é o professor que tem de ensinar como se faz a História.

Dr. Jorge de Macedo: Salientou a diferença, a seu ver, muito importante, que havia entre os objetivos do professor e os do ciclo. Pretende-se que o aluno compreenda certos conceitos e certas ideias no fim do ciclo, devendo o professor, durante os vários anos, ir dando os elementos necessários para se fazer essa compreensão. O professor, conduzindo bem a criança, ela chegará ao fim do ciclo com a noção do tempo histórico. A princípio, no 3.º ano, ainda não terá essa noção, mas o ensino bem orientado permitirá que a possua já no 5.º ano, isto é, no fim do ciclo. O problema consistirá pois, essencialmente, em determinar os instrumentos que serão fornecidos para se chegar a esse resultado.

Prof. Delfim Santos: Estamos a aproximar-nos do problema: qual deve ser a formação do professor de História, para que tal seja conseguido? Este precisa de ter uma formação específica e regra geral não a tem. Trata a História como se esta fosse uma arte ou uma ciência, o que já indica desconhecimento do que é a História. Estamos pois perante outro problema prévio.

Dr. Carlos Miguel: Chama a atenção para a importância do conhecimento dos interesses da criança dos treze aos quinze anos e de quanto esse conhecimento prévio deve pesar na didática da História.

Prof. Delfim Santos: Defendeu a ideia de que todo o ensino devia ser feito concretamente. Uma das dificuldades do ensino da História está no sentido anti-histórico das outras disciplinas do Liceu. Um professor que não é de História apresenta aos alunos os resultados, mas não explica como esses resultados foram alcançados, qual foi a génese das descobertas científicas. Explica geometria, mas não diz o que levou o homem a criar a geometria. É esta perspetiva anti-histórica que leva os alunos a não compreender a História.

Dr. Ferreira de Almeida: Expõe as diferenças que entende existirem entre experimentação e investigação, afirmando, a seguir, que não é fazer investigação dar aos alunos documentos cozinhados. É preciso colocá-los diante de documentos contraditórios.



[www.delfimsantos.org](http://www.delfimsantos.org)

Dr. Delfim Santos: Esclareceu, como já o fizera o Dr. Joel Serrão, que não se trata de fazer uma experimentação com vista a realizar descobertas. A experiência feita com o documento histórico visa a formação do aluno, e tem grande valor para a sua formação, embora nenhuma para a História. É essa a perspetiva na qual tem de ser encarada.

Sr. Reitor: Observou que, no Liceu, não se faz método experimental.

O professor no Liceu cria um ambiente artificial e inexistente: ajeta certas condições e esquece todas as outras. Nas experiências não se entra em linha de conta com o que não tem interesse. Mas o aluno, ao fazer a experiência, não tem esse conhecimento. Algo de semelhante ocorre na didática da História, pelo documento. Este não é inédito, mas para o aluno é um documento desconhecido e daí o interesse pedagógico que tem.

Dr. Jorge de Macedo: Salientou o interesse que havia em serem considerados os meios a empregar, para se conseguir criar no aluno a noção de tempo histórico.

Prof. Delfim Santos: Exprimiu a opinião de que se deve preparar convenientemente o professor para ele poder desempenhar-se cabalmente dessa tarefa.

Dr. Joel Serrão: Chamou a atenção para a diferença que há entre experiência e experimentação, pois são coisas diferentes mas que se completam. Os nossos descobridores não fizeram experimentação, mas experiências, o que foi fundamental para a experimentação. Por outro lado, continuou, só compreendera o que era História quando frequentara um arquivo, e parecia-lhe que só se pode entender o que é História quando se faz História. Essa era a lição da sua experiência pessoal.

Prof. Delfim Santos: Parecia-lhe, disse, que estas considerações eram muito importantes para se analisar o problema, já abordado, da formação dos professores.

Dr. Rui Grácio: Começou por afirmar que ainda não se determinara a função da História no ensino liceal. O seu valor será análogo ou diferente do valor das outras disciplinas? Parecia-lhe que a História tem um valor formativo, mas terá outro valor? Manifestou depois a sua concordância com o Dr. Joel Serrão sobre o interesse que havia em colocar o aluno perante um documento, o que não significa de nenhum modo a pretensão de fazer dele um historiador. Quanto à sugestão do Dr. Terry, era muito útil e podia ter uma contrapartida: Porque gostam certos alunos de História? O inquérito, continuou, podia ainda ser feito junto dos professores, que sabem quais são os assuntos mais interessantes e mais desinteressantes para os alunos. Parecia-lhe que a história política, a história da vida quotidiana interessavam às crianças. A terminar, salientou que lhe parecia acertado dar historicidade a certos aspetos do ensino, pois



www.delfimsantos.org

havia interesse em revelar como foi descoberta uma lei. No entanto, disciplinas havia, como a literatura, que eram viciadas pelo historicismo.

Prof. Delfim Santos: Esclareceu que defendera uma história das ciências, não com vista a transformar, por exemplo, a disciplina de Matemática em história da matemática, mas sim para se conseguir, com auxílio da história das matemáticas, uma melhor compreensão das matemáticas e mais proveitoso ensino por parte do professor.

Dr.<sup>a</sup> Judite Paes: Manifestou a opinião de que, para se ensinar História, para se conseguir pôr de pé uma História, eram ainda precisas mais rubricas do que as existentes atualmente no programa.

Prof. Delfim Santos: Esclareceu que o problema consistiria em se saber se era preciso pôr de pé todas as épocas atualmente incluídas no programa.

Dr.<sup>a</sup> Judite Paes: Replicou parecer-lhe que sim, pois era preciso dar a evolução da humanidade.

Prof. Delfim Santos: Afirmou que era necessário dar aos alunos a consciência da evolução dos homens através do tempo, mas nos seus aspetos mais significativos, porque nem todas as épocas são formativas nem exemplares.

Dr.<sup>a</sup> Judite Paes: Afirmou que continuava a discordar desse ponto de vista. Parecia-lhe um erro querer excluir do programa os Fenícios, pois eles eram necessários para se compreender a evolução histórica. Aos alunos, disse, absorve-os mais o antigo do que o contemporâneo. Era preciso, concluiu, criar um conhecimento tal que, perguntando a um aluno que queria ser, se fosse egípcio, ele soubesse responder. Parecia-lhe, disse, que não se devia levar a criança a um arquivo mas havia vantagem em levá-la a um museu, para tomar conhecimento dos instrumentos usados, etc.

Prof. Delfim Santos: Era necessário, disse, terminar os trabalhos, dado o avançado da hora. Reunir-se-iam no próximo sábado com a seguinte Agenda: «Objeto do ensino liceal da História. Função da História no Liceu».

## 2.<sup>a</sup> REUNIÃO - 31 DE JANEIRO DE 1959

Sr. Reitor: Comunicou ter recebido, no dia em que se efetuara a reunião anterior, um telegrama do Prof. Manuel Heleno, informando que não podia comparecer ao Colóquio em virtude de estar ocupado em serviço oficial, mas que se associava gostosamente a essa iniciativa. Saudou seguidamente a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Virgínia Rau e agradeceu a comparência e a colaboração dada ao Colóquio pelos presentes e em especial pelos professores universitários.



[www.delfimsantos.org](http://www.delfimsantos.org)

Prof. Delfim Santos: Continuando os trabalhos, iniciados de maneira tão auspiciosa, tratar-se-ia, como ficara resolvido na última sessão, do seguinte problema: - Qual a função da História no Liceu? Para que se ensina História? Algumas explicações haviam sido já tentadas. O Prof. Delfim Santos pediu que se limitassem a este tema pois, na última sessão, houvera um diálogo cheio de interesse, mas também certa dispersidade. Vamos pois ver, continuou, o que se pretende com o ensino da História no 2.º ciclo do Liceu. O Dr. Joel Serrão faria a introdução a esse tema.

Dr. Joel Serrão: A função da História é levar a uma aproximação da compreensão do tempo transcorrido. Não podem os alunos elaborá-la em todos os seus pormenores, mas interessa-nos ver até onde podem chegar. Se a História não lhes dá a noção de tempo histórico, não terá utilidade. Ajudar a criança a construir a sua perspetiva histórica, que terá influência nas outras disciplinas, é a tarefa fundamental do professor. Como poderá isso conseguir-se é o problema básico acerca do qual devemos ter alguma ousadia de inovação, remando decididamente contra a rotina. Conhecemos tão-só experiências feitas no estrangeiro, em França por exemplo.

Prof. Delfim Santos: Disse que a resposta do Dr. Joel Serrão colocava os assistentes no centro do problema. A História só tem sentido como preocupação do esclarecimento do tempo histórico, mas esta compreensão só se alcança no 5.º ano. O professor não a ensina, propicia-a, e o aluno é que a adquire. A conquista do tempo histórico tem que ser feita pelo aluno, e do presente para o passado, como queria Diderot. E terminou perguntando: Nós temos que ensinar História no 3.º ano, mas que História?

Dr. Joel Serrão: Um problema é o objeto da História, e um outro o dos meios para o alcançarmos. O objeto fundamental da História é o tempo histórico e só há um processo para o reconstituir: partir da experiência do presente. E esclareceu não ter insistido nesse ponto por ser evidente. Antes de nós, já Sampaio Bruno frisara que só se podia compreender o passado a partir do presente, isto tanto para o historiador, como para a criança. Esclareceu ainda que as suas considerações se referiam a todo o ensino da História liceal.

Prof. Delfim Santos: Mas, observou, o Dr. Joel Serrão afirmara que a compreensão do tempo histórico só se alcançava no fim do ciclo, no 5.º ano.

Dr. Joel Serrão: Esclareceu que essa afirmação fora feita pelo Dr. Jorge de Macedo.

Dr. Fernando Gilot: O principal objetivo da História não lhe parecia ser o tempo histórico; este seria um objetivo secundário. O principal objetivo devia ser mostrar ao aluno a formação do homem e da sociedade. Tal fim exige, como meio, a compreensão do tempo histórico, que é uma noção que o aluno vai lentamente conquistando e só no fim do curso a adquire completamente. Essa noção serve de



www.delfimsantos.org

meio a outros fins mais importantes, como mostrar o que é o homem, como ele se plasmou, como ele fez a civilização, como ele se realizou no tempo. Penso - continuou - que a História deve ser universal, sem desprezar os aspetos nacionais, pois estou convencido de que esta história nacional, na verdade, nunca poderá ser devidamente compreendida, entendida, sem a sua indispensável integração no contexto da história geral, dado que os países fazem parte dum todo e este leva à solidariedade de todos os homens. Para isso, é mister partir, segundo a pedagogia moderna, dos interesses da criança e do adolescente, do escolar, numa palavra. Temos que efetuar esse ensino de harmonia com os interesses do educando e esses interesses estão, como é sabido, sujeitos a variações. Daí uns quererem salientar os aspetos militares, outros os políticos, outros os económicos, etc. Atendendo à delicadeza e importância do assunto, haveria a máxima conveniência em discutir este ponto que se me afigura fundamental. Além disso, importa também considerar os interesses permanentes. Consequentemente, devemos determiná-los a todos e elaborar um programa de História de acordo com as conclusões obtidas.

**Prof. Delfim Santos:** Afirmou que se deslocara o ponto de vista inicial e assim dever-se-iam determinar quais os interesses da criança, na idade em que frequenta o 2.º ciclo, os quais são sócio-abstratos. Este problema poderia ficar em suspenso e concentrar-se a atenção neste ponto: o tempo histórico é um fim ou um meio?

**Prof.<sup>a</sup> Virgínia Rau:** Parecia-lhe que se estava a abordar um problema fundamental para todos os graus de ensino. A História é a disciplina que estuda sistematicamente a ação, o pensamento e a sensibilidade do homem no tempo. A História é portanto uma disciplina essencialmente formativa. Quanto aos interesses da criança, temos a História como educadora, mas não podemos abstrair o plano nacional, enquadrado na história universal, pois ninguém supõe que as histórias nacionais sejam compartimentos estanques. E não devemos esquecer, disse, a concluir, que a criança é um espírito um tanto analítico e por isso parecia-lhe que, no ensino da História nos Liceus, se devia atender também a esse aspeto.

**Prof. Delfim Santos:** Temos, pois, mais uma posição, a de que a História deve ser essencialmente formativa.

**Dr. Luís Terry:** Parecia-lhe que, dentro da ordem dos trabalhos preconizada, se devia começar por ver qual era o conteúdo da História. Portanto urgia definir a História e depois estudar a função que ela exerce e como se articula. Falou-se do tempo histórico, mas seria necessário esclarecer o que é o tempo histórico. E só posteriormente a esse estudo, continuou, poderíamos tratar do problema de como se deve ensinar a História. Por isso, gostaria que se definissem esses conceitos.

**Prof. Delfim Santos:** Já encontramos esses problemas na sessão anterior.



www.delfimsantos.org

Se pretendermos saber o que é a História vamos estudar um problema que não é nosso e perdemos muito tempo. E dessa definição não concluiríamos qual a sua função no ensino liceal. Uma coisa é sabermos o que é a História e outra a sua função no ensino liceal. É preciso colocar-se no centro das preocupações dos que participam neste Colóquio a criança. É preciso saber-se o que se pretende ao ensinar-se História à criança, o que queremos fazer da criança, que História se deve ensinar para formar a criança. De resto, disse a concluir, a História não pode definir-se.

Dr. Luís Terry: Teríamos então que, para o estudo da didática da História, não é necessário sabermos o que é História?

Prof. Delfim Santos: Não é necessário debater esse problema porque não estamos aqui como investigadores a tentar descobrir o que é a História mas a pretender estabelecer que História se deve ensinar. Temos que nos colocar no ponto de vista da pedagogia e não da investigação filosófica.

Dr. Joel Serrão: Começou por dizer que, prevendo uma discussão demorada sobre o que era a História, propusera a definição de Bloch que lhe parecia de aceitar. O nosso ponto principal é rever a didática da História, disse, de modo a conseguirmos um melhor ensino dessa disciplina.

Dr. Duque Vieira: A função da História, em seu entender, era prolongar a vida dos homens. A História ajuda-nos a ter uma visão mais vasta do mundo e da sua evolução.

Dr. Sant'Ana Dionísio: A tese do Dr. Joel Serrão é de que o professor falharia se não desse no seu curso a intuição do tempo histórico. Esta parecia-lhe básica e por isso devemos tentar definir esse conceito. Esse problema é difícilimo - disse. No fim de uma aula não sabemos se o professor conseguiu ou não dar essa intuição. E acrescentou: Estou como Santo Agostinho: se me perguntarem o que é o tempo, não sei. Se não perguntarem, sei. Dar ao aluno a intuição de tempo é dar-lhe algo infável, algo que não podemos nunca dizer que conseguiremos. Por isso creio que haverá vantagem em se procurar alcançar, com o ensino da História, no Liceu, um objetivo mais simples. Outro ponto ainda queria focar, disse, a concluir. Quando o Dr. Joel Senão afirmou que o professor de História só fará um bom ensino se tiver experiência direta do que é a investigação, está a afirmar implicitamente que a maioria dos professores de História nos Liceus não ensinam bem, pois raros são investigadores. Ele próprio seria um mau professor de História, pois nunca fora um investigador.

Prof. Delfim Santos: Investigar é uma aventura do espírito, como uma experiência sempre decisiva. Fora este decerto o sentido que o Dr. Joel Serrão dera à sua expressão. E isso tem feito o Dr. Sant'Ana Dionísio em todos os seus trabalhos, desde o seu estudo sobre Antero até aos últimos trabalhos publicados..



www.delfimsantos.org

Dr. Sant'Ana Dionísio: O professor do Liceu tem que ser modesto. Não pode ter aspirações excessivas e tem de contar com o grau de ensino em que se encontra. Deve-se evitar um ensino utópico, por exemplo, ensinar-se como se faz investigação histórica. Temos em contrapartida de preparar o aluno liceal para uma visão de conjunto. É nesse pé que deve ser colocada a missão do professor liceal.

Dr. Joel Serrão: Explicou que ele fizera apenas uma confissão de carácter pessoal, que a ninguém obrigava. A sua experiência de investigação histórica enriquecera-o. O professor de História liceal também pode ser investigador. Não parece que haja aí mal. Investigar é, afinal, procurar.

Prof. Delfim Santos: Acrescentou que investigar é etimologicamente seguir vestígios, e que são estes que garantem toda a explicação científica, a dedução, a indução, a experiência, etc.

Dr. Joel Serrão: Investigar é procurar, o que se pode fazer em vários níveis. É preciso não ter o preconceito de considerar como tal apenas a investigação arquivística. O Dr. Sant'Ana Dionísio, ao escrever o seu livro sobre Antero, investigara, embora não pesquisasse arquivos. O mesmo se passara com ele ao escrever o seu estudo sobre Sampaio Bruno, a aparecer em breve.

Dr. Sant'Ana Dionísio: Para ele o professor de História não tem que estar informado só na questão documental mas deverá igualmente possuir dons especulativos. Parecia-lhe ainda que a didática do 2.º ciclo não seria idêntica à do 3.º ciclo. As soluções fecundas para um ciclo podem falhar quando aplicadas ao outro.

Prof. Delfim Santos: Lembrou que o Colóquio devia limitar-se, por enquanto, ao debate sobre a didática da História no 2.º ciclo.

Dr. Jorge de Macedo: Começou por dizer que havia problemas sobre os quais podiam estar já de acordo. A História é um elemento formativo da personalidade no aspeto moral, nacional e universalista. O problema que ia levantar-se era o da História Universal. Nós somos um pequeno país que teve apenas uma posição importante em certa altura da História e por isso, se vamos ensinar com um sentido universalista a História no Liceu, ficamos esquecidos. O tempo histórico é importante decerto, mas não devemos esquecer o aspeto moral e o nacional, importante para nós porque somos um pequeno país.

Dr. Sant'Ana Dionísio: A aceitarmos a sugestão do Dr. Jorge de Macedo, segundo a qual o ensino da História dará aos alunos exemplos educativos, de carácter moral, o ensino, a ser assim orientado, toma uma feição que não é a melhor. Ao fazer-se moral intencional, pode haver ineficácia. Além disso, a História - já se disse - é a história das tolices humanas. O que são as guerras senão tolices?



www.delfimsantos.org

Há aspetos chocantes que não se podem no entanto ocultar num ensino honesto. Deve por isso procurar-se ser objetivo, mas moderadamente.

Prof. Delfim Santos: Surpreendera-se, afirmou, com o esquema: moral, nacional e universal. Por um lado, pois, a História podia ser simultaneamente moral e universal. De resto, esse problema já fora discutido no século XVI e por isso no *Ratio Studiorum* a História fora abolida precisamente por não poder ter significado moral. Além de que não lhe parecia essa preocupação moral e edificante harmonizável com a didática da História. Por isso dissera, antes que a História, didaticamente considerada, devia ser como que a reconstrução da experiência humana significativa e exemplar.

Dr. Jorge de Macedo: Não queria dizer que o ensino da História fosse moral dia a dia. Resultaria moral, nacional e universal. Seria uma resultante final dum conjunto, em que a História se integra, e que é o curso geral do Liceu. E outros objetivos se podiam admitir além dos três que apontara.

Prof. Delfim Santos: Informou que assistira à discussão deste tema na Unesco. A História não faz parte da cultura geral, vai-lhe dar a possibilidade de ter cultura geral e por isso se tem defendido que seja a disciplina fundamental nos liceus e em especial no 2.º ciclo. Daí se concluiu que a História tem como finalidade a compreensão do homem. E num país pequeno como o nosso torna-se particularmente necessário compreender o homem. Quanto mais pequeno é um país, mais se joga nele com absolutos. E por isso precisamos de mais História que outros povos e precisamente ensinada no sentido de compreensão humana.

Dr.<sup>a</sup> Virgínia Rau: Perguntou ao Prof. Delfim Santos porque dissera há pouco que a História não se define.

Dr. Delfim Santos: Respondeu: porque não tem fixidez, é fluida. O que vive, o que está sujeito a geração e corrupção não se pode definir. Nada do que é histórico é definível porque é eventual.

Dr.<sup>a</sup> Virgínia Rau: Mas, no ponto de vista didático, insistiu, precisamos duma plataforma.

Prof. Delfim Santos: Definir é demarcar os fins, delimitar contornos, possível no estudo dos sólidos mas impossível no que é temporalidade. É impossível por exemplo determinar corretamente todas as «causas» dum evento.

Dr. Carlos Miguel: Perguntou: Mas como havemos de ensinar História sem saber o que ela é?

Prof. Delfim Santos: Não sabemos o que é o homem e nós somos homens. E não queremos partir duma «definição» para não esquecermos o tema deste Colóquio.



www.delfimsantos.org

Dr. Rui Grácio: Começou por dizer que lhe parecia haver um certo acordo quanto ao objetivo do ensino da História no Liceu. O objetivo da história nos Liceus é semelhante ao das outras disciplinas. E qual é a função específica da História? Pode ser o de criar uma disciplina intelectual e nesse caso é idêntico ao de outras disciplinas. Não é um ponto de partida ver na História a ciência do homem no tempo. Ela destina-se a criar e desenvolver uma noção de tempo histórico. E se o aluno não tem essa noção, temos que lha dar, embora aproximadamente, porque ela é útil. Mas havia um elemento que parecia esquecido: o aspeto humano. A História dá uma visão do homem, cria uma noção da relatividade.

Continuando, disse que a noção de tempo é fundamental, destina-se a dar a compreensão da sociedade em que vive o aluno. E que se deve ensinar? O que for social e culturalmente mais significativo. E é preciso não perder de vista os interesses da criança de treze anos, que tem curiosidade em conhecer a vida do homem do passado.

Prof. Delfim Santos: Notou que surgira uma nova intenção: seria a de ensinar a experiência humana reconstruindo especialmente o aspeto social.

Dr. Rui Grácio: Concordou, mas advertiu que sem excluir os aspetos espirituais, os de aventura humana.

Dr. Fernando Gilot: O Dr. Rui Grácio, disse, veio ao meu encontro. A História, tal como se deve ensinar hoje, trata do homem em sociedade. Mas, como ensiná-la, de maneira que a criança a assimile convenientemente? E que pode a criança receber desse ensino? Posto o problema, nestes termos, somos forçados a abordar o tema dos interesses. A minha opinião, neste assunto, é, pois, que urge, quanto antes, estruturar-se uma didática que inclua estes objetivos.

Prof. Delfim Santos: Parecia-lhe que se tinham abordado naquela reunião três pontos principais:

1) A História como desenvolvimento de compreensão e da reflexão, que são os instrumentos indispensáveis à organização da «cultura geral»;

2) Que espécie de História se deve ensinar?;

3) Quais os interesses dos alunos do 2.º ciclo? - ponto frisado há pouco pelo Dr. Gilot.

Quanto a este terceiro ponto seria interessante ler um passo dum *Cahier Pédagogique* (n.º 6), o que o Prof. Delfim Santos fez. Seguidamente sugeriu que se demorassem no segundo ponto: que História se deve ensinar? - Mas encaminhando a questão no ponto de vista didático. Ir-se-ia pois ver qual deve ser a História do ensino liceal.



Dr. Sant'Ana Dionísio: Na História liceal existem amputações muito desfavoráveis. A nossa História começa sempre pelas mesmas civilizações, excluindo outras, como as do Extremo Oriente e as americanas. E isso é uma amputação muito grave. É um preconceito. O princípio do ensino era o compêndio, pelo que lhe parecia conveniente ver as deficiências dos compêndios atuais e ver o que há de bom nos adotados noutros países.

Os nossos compêndios, por exemplo, não incluem leituras. É preciso dar aos alunos a intuição das épocas e isso só por meio de leituras se alcança.

Prof. Delfim Santos: Observou que, na verdade, há certas civilizações que não se ensinam. Mas já vimos que só se deve ensinar aquilo que tem significado social. Por isso não faz mal haver lacunas. E há referência, nos programas atuais, a factos sem interesse. Mas isso constituiria o quarto tema a tratar - Como deve ser o livro didático?

Havia pois que voltar ao segundo tema - Que História ensinar? E é preciso não esquecer a criança, que deve ser o centro das preocupações, quando pretendemos esclarecer problemas didáticos.

Dr. Joel Serrão: Fora propositadamente, declarou, que excluía da Agenda os problemas referentes aos programas. Só se deveria abordar esse ponto depois de se assentar noutras questões mais importantes.

Concordou com o Prof. Delfim Santos que é fundamental saber o que devemos ensinar. É preciso irmos lançando as nossas sugestões. Em virtude da sua experiência - continuou - verificara que tem uma importância enorme ajudar os alunos a reconstituir a evolução da técnica, a partir da experiência atual. Por exemplo: o problema da habitação, reconstituindo a sua evolução desde as cavernas, o da alimentação, das máquinas criadas pelo homem. Não é reduzir a História à história das técnicas, mas deveríamos ver se, no conjunto, não deveríamos apresentar noções de história da técnica, e sempre a partir da experiência atual. E outros aspetos, como, por exemplo, a história da escrita e do livro, dos instrumentos, etc., deviam aparecer. Os manuais atuais usam uma linguagem para adultos.

Prof. Delfim Santos: Julgava, disse, muito importantes as afirmações do Dr. Joel Serrão. Mas dever-se-ia dar não uma história das técnicas mas das descobertas que o homem fez para sobreviver e para melhorar as condições da sua existência.

Dr.<sup>a</sup> Virgínia Rau: Achava muito interessante a sugestão posta e por isso aderiu às ideias defendidas pelo Prof. Delfim Santos. Mas - observou - esquecemos que vivemos na terra e estamos a desligar o aluno da terra em que ele vive; estamos a esquecer o problema das relações das sociedades com o meio ambiente. Pareciam-lhe



www.delfimsantos.org

ainda que as técnicas se tornariam mais compreensivas se fossem integradas na nossa sociedade. E, além disso, não devemos esquecer que Hamlet existiu!

**Prof. Delfim Santos:** Considerou que a Prof.<sup>a</sup> Virgínia Rau abordara um ponto muito importante: interessaria ou não ligar a Geografia e a História e ensinar uma geo-história?

**Prof.<sup>a</sup> Virgínia Rau:** Observou que não era essa a sua ideia e afirmou não concordar com essa sugestão.

**Dr. Luís Terry:** Comentou que depois de duas longas sessões e de longas horas de discussão estavam afinal de acordo com o legislador, como se via pela seguinte passagem das 'Observações' ao programa oficial dos Liceus:

«O ensino da História nos liceus deve assentar, de modo geral, no estudo das transmutações sofridas pela sociedade e pelo homem, que deem a conhecer ao aluno a génese e as características do mundo contemporâneo e os valores que dominam o seu espírito e a sua estrutura. Assim, apontará os aspetos que representam as necessidades, as persistentes lutas, os conflitos dos povos e classes, as correntes económicas, as crenças, as crises morais, os movimentos religiosos, os factos que indicam as dificuldades que os homens têm vencido, através de enormes esforços, duríssimos sacrifícios, avanços e recuos, para assegurar e definir o seu lugar no Universo, desde os inventos técnicos e descobertas científicas até às instituições jurídicas e religiosas».

As opiniões eram idênticas, pelo que podiam ter partido logo daquele ponto.

**Dr. Rui Grácio:** Achava, disse, que o Dr. Terry tinha razão, e que tinham ganho tempo se ele tivesse já lido esse trecho.

**Prof. Delfim Santos:** Não perdemos tempo, disse, uma vez que não tínhamos estado a criticar a legislação. E parecia-lhe deveras útil terem chegado àquelas conclusões, apesar de serem as mesmas das 'Observações' ao programa.

**Dr. Luís Terry:** Mas, observou, não se trata de criticar o legislador. Tudo quanto se disse, as conclusões a que se chegou, tinham sido já encontradas.

**Prof. Delfim Santos:** Propôs que se pusesse à votação se deviam ou não continuar, pois, uma vez que se perdia tempo, talvez fosse melhor acabar.

**Dr. Luís Terry:** Manifestou a sua discordância com a ideia. Deviam continuar as reuniões, mas a partir daquele ponto.

**Dr. Joel Serrão:** Disse que as 'Observações' lidas eram boas, mas o ensino não se fazia de acordo com elas. E mais: essas 'Observações' haviam sido redigidas pelo Dr. Reis Machado, a quem prestava homenagem, e que lamentava não estar presente por se encontrar doente. O trabalho deste professor sobre didática da História estava, nas

suas linhas gerais, de acordo com as conclusões da Unesco. Mas uma coisa é a teoria e outra são as realidades práticas. O próprio programa não estava de acordo com os conceitos das 'Observações'.

Prof. Delfim Santos: Concluiu que teriam portanto de ouvir mais respostas à questão «que História se deve ensinar e qual o material didático a utilizar». A próxima sessão - disse - realizar-se-ia no dia 14 de Fevereiro, às 16 horas.

### 3.<sup>a</sup> REUNIÃO - 14 DE FEVEREIRO DE 1959

Prof. Delfim Santos: Começou por enunciar as conclusões sugeridas pelas sessões anteriores e acrescentou: há três sentidos de história: a) a «*res gestae humane*»; b) o que desta o historiador seleccione e considere significativo para a explicação da evolução humana; c) a re-elaboração didática desta que se comunica nas escolas. É esta, disse, precisamente a que nos interessa. Nas intervenções dos participantes deste Colóquio tem-se passado de um plano para qualquer dos outros insensivelmente. E como na última sessão se acordara que iríamos tratar do tema: 'Que História se deve ensinar', para se iniciar o seu estudo, pedia ao Dr. Joel Serrão que desse o seu parecer a esse respeito.

Dr. Joel Serrão: Recordava que se havia afirmado que as conclusões a que anteriormente se tinha chegado eram as consignadas no capítulo das Observações do programa liceal. Isso era inteiramente justo. Mas há uma contradição a pôr em relevo: a que se verifica entre os próprios programas e as respectivas Observações. Ele próprio concordava inteiramente com as Observações, mas era impossível cumpri-las, em face do atual programa. Devíamos, pois, tratar deste problema, procurando fugir ao vício do enciclopedismo, vício estrutural da nossa cultura. Quando alguém busca precisar o que se deve ensinar na História do 2.<sup>o</sup> ciclo custa-lhe deveras conceder que na História do 3.<sup>o</sup> ao 5.<sup>o</sup> anos não haja um pouco de toda a História que se conhece. E se não aparecem, por exemplo, os Hititas, considera-se isso como uma lacuna tremenda! Portanto, temos que encarar o problema da desarmonia entre as Observações e o programa e estudar o que devemos incluir nesse programa. Continuando, esclareceu que, ao falar da história das técnicas, não queria reduzir a tal o programa de História dos liceus. A história das técnicas é pouco e não chegaria para dar realização ao objetivo visado. Por isso, alargava a sugestão, aventando que o ensino da História, no 2.<sup>o</sup> ciclo, fosse um ensino elementar de História da Civilização e de História Pátria. Só essa pode revestir-se de verdadeira importância para a formação cultural do aluno. Se formos para um estudo do desenvolvimento da vida quotidiana, nos seus aspetos característicos, permitindo estabelecer comparações adequadas, por exemplo, entre a vida na cidade grega, na medieval, na do século XVIII e na do século XX, isso seria benéfico, e conseguir-se-ia dar ao aluno uma perspectiva do nosso tempo, melhor do que com uma História cheia de nomes e factos. Eis aí uma tarefa inglória e inútil,





www.delfimsantos.org

embora a mais frequente, porque o aluno esquece tudo ou quase tudo. Pedia, pois, que a sua proposta fosse apreciada pelos presentes.

Prof. Delfim Santos: Começou por resumir as palavras do Dr. Joel Serrão. Pensava, acrescentou, que as técnicas se revestiam de grande alcance. O Hamlet, de que se falara, era ainda um problema de técnica investigativa. E disse, a concluir, que punha à discussão as sugestões do Sr. Dr. Joel Serrão.

Dr. Carlos Miguel: Manifestou a sua concordância com as ideias do Dr. Joel Serrão. Contudo, parecia-lhe que, no 2.º ciclo, a História de Portugal devia ser colocada no centro dos interesses, mas com menos factos políticos e militares. Assinalava, por exemplo, o facto de se ensinar mais História de França do que de Portugal, o que lhe parecia de lamentar. Além disso, defendeu a vantagem de se criar uma Sala de História.

Dr. Fernando Gilot: Começou por manifestar a sua concordância com o Dr. Joel Serrão e teceu alguns comentários acerca dos problemas de História da Cultura.

Prof. Delfim Santos: Observou que o Dr. Joel Serrão falava de História da Civilização e não de História da Cultura.

Dr. Fernando Gilot: Parecia-lhe que a História da Civilização incluía a História da Cultura, mas que isso resultava do seu conceito de civilização que não podia, nem devia expor naquele momento, porque desnecessário na discussão em curso. A sua ideia presente era mais humilde e pretendia inculcar a necessidade de se prepararem os escolares, no sentido de virem a compreender os problemas da História da Civilização. Em sua opinião, este desiderato conseguir-se-ia, em parte, desde que o programa fosse formulado de maneira que as suas alíneas não aparecessem demasiado minuciosas, mas, pelo contrário, com a indispensável amplidão, a fim de o professor ter a liberdade suficiente de orientar o seu curso sem se preocupar excessivamente com assuntos, por vezes, desnecessários.

Prof. Delfim Santos: As alíneas, disse, não lhe pareciam vagas de mais. Além disso não se tratava de programas, mas de planos de estudo. E estando os nossos programas feitos para combater o enciclopedismo, eram por isso minuciosos. Mas daí resultava que o professor transformava o pormenor em essencial. E nós, disse a terminar, não lidamos com planos de estudo, mas sim com programas, calculados de acordo com o número de horas de aulas.

Dr. Fernando Gilot: Afirmou que era contra as minudências, contra os programas demasiadamente extensos. Mas isto não excluía uma certa precisão. Alíneas como «Grécia: Democracia, Ciência, Artes e Letras», precisam de ser pormenorizadas.



www.delfimsantos.org

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe que havia dois problemas diferentes a encarar: um de fins e outro de técnicas a usar. Nós, com os nossos hábitos enciclopedistas, se encontramos três rubricas vagas ficamos aflitos. Caímos assim no problema da formação dos professores. Verificara, num livro com programas escolares de vários países, que os programas ingleses são principalmente instruções, dando a máxima liberdade ao professor. Parecia-lhe de sugerir uma experiência didática em que, perante três ou quatro temas essenciais, se desse a máxima liberdade ao professor. E defendeu a tese de que se devia ensinar pouco, muito pouco, mas bem.

Dr. Luís Terry: Começou por comentar a ideia do Dr. Joel Serrão de que se devia ensinar História da Civilização e História Pátria. Houve uma altura em que a História Pátria tinha a predominância; depois houve a tendência para incorporar a história do País na história universal. Em certa ideologia predominou a história do País, em reação a esta predominou a história universal. Estando separadas essas duas posições, interessava cotejá-las. Quanto às civilizações que interessava serem estudadas, por importarem à evolução da humanidade como acentuara o Dr. Sant'Ana Dionísio, era preciso notar, disse, que eliminando-as porque, dizia-se, não tinham influência na história geral, isso era criar a ideia duma História dividida em compartimentos estanques. Temos ainda de considerar que há indivíduos que só tiram o 5.º ano e outros que o tiram como preparatórios para qualquer outra coisa. Deviam-se pois organizar classes e programas para cada um destes dois géneros de alunos. Se para estes o que se dá é a base do desenvolvimento ulterior, para os primeiros já não sucede assim. Parecia-lhe ainda que a História até ao 5.º ano deveria ser predominantemente descritiva e no 3.º ciclo sobretudo interpretativa.

A História, como qualquer outra disciplina, tem que ser considerada no seu aspeto funcional. O aluno pergunta para que serve a História, como faz a mesma pergunta para outras disciplinas. E considera algumas úteis e outras inúteis, como a História. Portanto não podemos ensinar à criança só aquilo que para ela tem interesse. E importa para isso fazer um estudo do que verdadeiramente tem utilidade formativa para um ser civilizado. E então, continuou, intervirá a didática para tornar essas coisas acessíveis. Seria interessante pegar num grupo de indivíduos com ocupações diversas e fazer-lhes um inquérito: para se saber o que teve interesse para eles nos seus estudos, o que para eles tivera utilidade, o que lhes dera capacidade de compreensão. E a terminar disse: Na história das técnicas e na história da civilização há um aspeto que deve estar implícito: não é o aspeto político, mas a feição económica das possibilidades do homem de poder resolver os problemas que se lhe põem.

Prof. Delfim Santos: Queria pôr uma questão, afirmou, que não era resposta ao que dissera o Dr. Luís Terry. O professor de Física não tem a preocupação de ensinar tudo quanto aprendeu, nem o de Matemática. Mas o professor de História quer meter tudo quanto estudou e quanto sabe no programa. E por isso até há quem entenda que



www.delfimsantos.org

os programas são omissos... Quanto às considerações do Dr. Luís Terry considerava-as importantes. Acerca da possibilidade de o aluno ficar só com o 5.º ano, isso resultava da triste conceção que há, entre nós, de que o o 5.º ano, só por si, pode chegar para dar acesso a uma função pública. E era esse o erro do nosso sistema. O 5.º ano do liceu não deve dar direito a qualquer coisa, a não ser o acesso ao 6.º ano.

Dr. Luís Terry: Mas se vamos na História tratar da aventura humana, como já aqui foi dito, e porque ela tem princípio, meio e fim, não se pode começar pelo meio. E fazendo-o damos a ideia de compartimentos estanques, o que é prejudicial. Parecia-lhe também indispensável atender aos aspetos legais das questões. Ninguém pode concorrer a nenhum lugar público sem o 5.º ano. E ensinando só para os que vão seguir, esquecemos a maioria - os que ficam no 5.º ano. Esta realidade não deve ser esquecida.

Prof. Delfim Santos: Observou que o liceu era uma escola seletiva de capacidades e por isso não deveria servir para tal fim; este competia ao ensino técnico profissional.

Dr. Fernando Gilot: Aceitou a distinção entre meios e fins que apresentara o Dr. Joel Serrão. Gostaria que o professor de Liceu tivesse mais liberdade de tratar os assuntos e gostava de programas vagos, mas de vaguidade relativa. Um programa tem de ser feito com ordem, embora não rígido. Já S. Tomás dizia que, mesmo que o homem não tivesse cometido o pecado original, tinha que haver, na sociedade, um poder coordenador, um mínimo de ordem. Assim é que entendia o programa. E feito entre nós, como em Inglaterra, não daria resultado. Do Colóquio devia sair alguma coisa de interesse prático. O atual processo de exame, é de nivelamento deveras acentuado, com um ponto feito de modo tal que qualquer explicador prepara os alunos para o exame, e até, às vezes, melhor do que um bom professor, que se preocupa com a formação do espírito.

Dr. Joel Serrão: O Colóquio não se fizera, disse, para constatar um malogro, mas para tentar entrever soluções, caminhos a experimentar. Isto, é claro, num plano teórico, no aspeto pedagógico.

Prof. Delfim Santos: Podia-se dizer, como se disse da literatura portuguesa contemporânea, que nos encontramos numa crise de monostilo. Seria preciso por isso criar planos de estudos e não programas. Quanto à afirmação de que se não devia seguir a atitude inglesa, perguntava - porquê? Porque não é viável? Caímos então no problema da preparação do professor.

Dr. Santos Pereira: Quando começara a ensinar, disse, não havia livros.

E por isso dera a guerra dos cem anos não como síntese, mas separando os três períodos. E desse modo fora feita a pergunta precisamente no exame escrito. Por isso



www.delfimsantos.org

fora levado a voltar-se para o exame, a ensinar tendo em vista esse objetivo, entrando em minúcias excessivas.

Prof. Delfim Santos: Os professores, considerados como preparadores de exames, sucumbem a essa tarefa. Esta conceção de ensino deve ser condenada. Em França há examinadores que são só examinadores e professores que não examinam. Em Inglaterra, assenta-se na confiança do professor, havendo ainda um inspetor-orientador, cuja ação assenta na convivência e na apreensão dos interesses dos alunos.

Examinou, por último, o problema dos exames e examinadores, entre nós, e sugeriu a criação dum corpo de examinadores. Concluindo, informou que a próxima reunião seria no sábado seguinte, pelas dezasseis horas, tratando do seguinte ponto: «Organização didática do trabalho do professor».

#### 4.a REUNIÃO - 21 DE FEVEREIRO DE 1959

Prof. Delfim Santos: Começou por referir o tema que, segundo se assentara na última sessão, ia ser tratado naquele dia e, em seguida, concedeu a palavra ao Dr. Joel Serrão.

Dr. Joel Serrão: Lembrou que o «conhecimento se não transmite, mas se provoca». No ensino da História, tudo, em última análise, se malogrará se os alunos não forem levados a uma atitude investigadora ante o passado, ou seja, se não criarmos as condições em que os escolares gradualmente elaborem uma perceção do tempo transcorrido. Porque o problema é este: não podemos transmitir a nossa perceção adulta e especializada do tempo histórico, Os alunos é que terão de elaborar a sua, de acordo com as suas possibilidades psíquicas e mentais, - e de acordo também com os meios que lhes facultarmos, entre os quais avulta a habilidade didática do mestre de História.

Por maior que seja a competência do mestre, ela não se manifestará em pleno rendimento, sem certas condições de ambiente e de apetrechamento. Sugeriu por isso:

1.º) - A criação, em todos os Liceus, de uma Sala de História, devidamente apetrechada, na qual o professor tenha à mão o material de que necessite, e na qual esteja criado o ambiente que favoreça o desenvolvimento da lição.

2.ª) - Que uma comissão de professores de História estude as condições a que o manual deve satisfazer para ser eficiente. Os defeitos do que temos são patentes - mas eles não obstaram a que tivesse sido livro único durante muito tempo, e não é impossível que isso possa repetir-se. Um bom manual no ensino do 2.º ciclo será meio caminho andado

3.º) - Que o Ministério da Educação Nacional providencie no sentido de nos ser fornecida a documentação que a aula de História exige.



www.delfimsantos.org

A situação é esta: mais ou menos completas, mais ou menos adequadas, temos nos Liceus coleções de documentos relativos à História Geral. O que não temos é documentos para o ensino da História de Portugal!

Ora, como é evidente, o ensino da História de Portugal reveste-se da maior importância no Curso dos Liceus. Mas como o ensino dela não é, em última análise, eficiente sem um bom manual, abundante e adequado material didático (documentação escrita, artística, técnica, etc.); e como, quanto a manual, estamos todos de acordo que o atual não serve, e, quanto a documentação histórica portuguesa, não possuímos nenhuma, - não é uma grande dificuldade extrair a consequência...

Ora, sem documentos, o professor, mesmo que queira e possa, não conseguirá evitar que a História, em vez de ser uma lenta elaboração pelo aluno, a partir do seu presente, do passado do País e da humanidade a que pertence, se transforme numa triste, enfadonha e inútil arte de compelir os alunos a decorarem umas tantas coisas que, com não pequeno arbítrio, se consideram necessárias para triunfar no exame. E, precisamente por isso, é que eles são reprovados na insignificante percentagem de quarenta e tal por cento...

Finalizando, sugeriu ainda:

1.º) \_ Que meditemos nos meios necessários para efetivar o princípio de que o conhecimento não se transmite, mas se provoca.

2.º) - Que peçamos uma Sala de História em cada Liceu, um manual adequado à expressa finalidade do ensino da História, e documentos de História de Portugal.

Prof. Delfim Santos: Acentuou que um dos pedidos do Sr. Dr. Joel Serrão resultava da falta duma instituição pedagógica, intermediária entre os professores e o Ministério, o qual possui apenas funções diretivas no domínio administrativo. Devia-se, pois, pedir a criação de um Centro de Documentação Pedagógica e, mais tarde, de um centro didático convenientemente apetrechado para o ensino de História pelo filme, pelo disco, pela televisão, etc.

Dr. Joel Serrão: Manifestou a sua concordância em que se acrescentasse aquele pedido.

Prof. Delfim Santos: Quanto à necessidade de levar o aluno a compreender o tempo histórico, era preciso ver que tipo de conhecimento era esse e qual a função do professor, ou seja, o que deve ele fazer para criar e desenvolver o conhecimento histórico.

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe que esse tema era duma grande importância, mas está implícito no trabalho do professor, desde que este tenha as condições adequadas. Aos seus alunos, disse, começava por lhes mandar fazer uma genealogia da família a



www.delfimsantos.org

que pertenciam. Infelizmente os alunos não se podem deter em tarefas desse tipo tanto quanto seria para desejar, assim como é quase sempre impossível levá-los, por exemplo, ao arquivo do Liceu, ou a um arquivo local, para mergulhar na história da cidade onde vivem, etc. Desta forma, o aluno preparar-se-ia a partir do seu próprio tempo e do meio em que vive para a compreensão do passado, do tempo histórico.

[Prof. Delfim Santos: Manifestou a sua concordância com as ideias expostas pelo Dr. Joel Serrão.](#)

Dr. Rui Grácio: Disse que nada tinha a comentar de momento às declarações do [Prof. Delfim Santos](#) e do Dr. Joel Serrão. Mas aproveitava o ensejo para esclarecer que se recusara a falar, na última sessão, como protesto contra o facto de falarem no Colóquio tão poucas pessoas. A sua atitude visava não os que haviam falado, como se pensara, mas os que se haviam calado.

Parecia-lhe também que o Colóquio não estava organizado nem a decorrer duma forma ideal, como o revelava o decréscimo da assistência. Devia fazer-se um sumário do que se iria tratar e um resumo do que se fizera. Parecia-lhe que, organizando melhor o trabalho, obteriam melhor rendimento. Parecia-lhe também que o tema do objetivo da História no Liceu fora esclarecido, mas o de «que História se deve ensinar» não fora tratado satisfatoriamente. Pensava por isso que não deviam passar já para o estudo do que deve fazer o professor. Estava portanto pronto, afirmou a concluir, a fazer considerações sobre esse ponto, penitenciando-se assim do seu silêncio anterior.

[Prof. Delfim Santos: Começou por dizer que, ao contrário do que dissera o Dr. Rui Grácio, trabalhava-se para o Colóquio na medida do possível registando em atas a discussão. Quanto aos que não falavam, restava-lhe, como orientador do Colóquio, pedir-lhes que se pronunciassem sobre os temas propostos.](#)

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe que mais valia terem de reconsiderar os problemas do que abandonarem-nos aparentemente esgotados. Além de que só se pode saber o que se deve ensinar, depois de se saber como se deve ensinar. a primeiro ponto depende neste entretecido de questões do segundo.

Dr. Rui Grácio: Tratava-se de decidir, disse, entre História Geral, História da Civilização, etc., e não de se discutir o programa.

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe que, estudando como se deve ensinar, ressaltaria desse estudo o que se deve ensinar.

Dr. Duque Vieira: Disse que não havia interesse em levar os alunos do 2.º ciclo aos arquivos. Quanto ao livro liceal, estava de acordo em que era mau. Tivera responsabilidade na sua aprovação, mas como não havia outro, tinha tido que aprová-



www.delfimsantos.org

lo. E parecia-lhe também útil que os alunos lessem textos de escritores nossos, como Herculano, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas.

Dr. Ardisson Pereira: Também lhe parecia que o último ponto não fora aclarado, não se assentara no espírito de cada um como se deve ensinar a História. Afinal - que História se deve ensinar: a ocidental ou a da civilização?

Dr. Luís Terry: Queria esclarecer, começou por afirmar, um ponto focado pelo Prof. Delfim Santos. O Ministério da Educação Nacional não é só burocrático. Na Direção-geral do Ensino Liceal há duas secções, sendo uma delas pedagógica. Há além disso uma comissão para compra de materiais pedagógicos. A ela deviam pois recorrer para a formação da Sala de História. Parecia-lhe, continuou, que havia dois pontos fundamentais a tratar - objeto e método - e que através do método não podiam chegar ao objeto. Começar pelo método era portanto errado, tanto mais que se teria em vista o objeto.

Prof. Delfim Santos: Manifestou a sua concordância com o Dr. Luís Terry, pois era o método que derivava do objeto e não o contrário. Parecia-lhe ainda que havia todo o interesse em se criar também uma secção pedagógica junto da Direção do Ensino Liceal, paralelamente à do Ensino Técnico, donde podiam advir consequências fecundas.

Dr. Luís Terry: Isso seria, disse, não uma conclusão do Colóquio, mas um dos pedidos a fazer.

Prof. Delfim Santos: Concordou e disse parecer-lhe até que devia ser o primeiro pedido a fazer-se.

Dr. Joel Serrão: Manifestou a sua concordância, até certo ponto, com as ideias do Dr. Luís Terry. Havia ainda problemas de pormenor a esclarecer, mas estavam mais ou menos de acordo com o que se deve ensinar. Mas, para ele, tanto lhe interessava discutir o método, como o objeto do ensino nas suas recíprocas relações.

Dr. Rui Grácio: Fora proposto que se desse História da Civilização e História Pátria, o que lhe parecia muito feliz. Mas para reconstruirmos uma experiência humana, não nos podemos limitar aos aspetos políticos e militares. E se a História deve dar instrumentos de análise da sociedade em que se vive, os fatores económicos e técnicos têm enorme importância. E isso não implicava um aumento de programa. De resto, no livro atual, os aspetos técnicos e económicos apareciam, mas sobrepostos, sem sentido humano. Havia pois necessidade de selecionar. Falar das campanhas ultramarinas dizendo os nomes dos seus heróis sem referir como se fizeram essas campanhas, porque se tomaram certos percursos, porque se lutou, por exemplo, formando quadrado, era muito mau. Havia ainda interesse em centrar certos aspetos

em redor de algumas figuras. Por exemplo: num livro inglês centrava-se a Universidade medieval em redor da figura de Rogério Bacon.

Parecia-lhe que se deve ensinar História da Civilização e História Pátria, mas dando mais predomínio à segunda, em relação ao que se faz atualmente. E como a História ensinada na instrução primária é cor-de-rosa, depois o aluno, no Liceu, perde essa visão falsa e toma-se derrotista por reação. É por isso preciso um grande esforço para destruir essa tendência.

Dr. Ardisson Pereira: Disse que a sua experiência de professor confirmava precisamente o que afirmara o Dr. Rui Grácio.

Dr. Carlos Miguel: Defendeu que se não desse relevo aos fatores militares, às batalhas e às guerras, pois o que havia a fazer era selecionar os aspetos mais importantes, como os factores culturais, etc.

Parecia-lhe um erro começar sempre pelo Egito, pois se devia alargar o âmbito de certas rubricas abrangendo a Índia, por exemplo.

Dr.<sup>a</sup> Maria Ângela Miguel: Referiu que todos os seus alunos lhe tinham pedido que se estudassem civilizações que estavam fora do programa, mas com interesse atual. Fala-se hoje de povos de que a nossa História Universal nada diz. Devia-se, pois, alargar o quadro do nosso programa de História.

Prof. Delfim Santos: Manifestou a sua concordância com a ideia exposta. Havia pois dois pontos a considerar: o Dr. Carlos Miguel defendera que era preciso incluir mais povos, a Dr. a Maria Ângela queria que se incluíssem povos cujo interesse está hoje em primeiro plano. Este último ponto parecia-lhe o mais fecundo.

Dr. Luís Terry: Afirmou que, tal como hoje se ensina História, é falseá-la, e diz-se, por exemplo, que se criaram coisas no Médio Oriente, que na verdade não foi aí que nasceram.

Dr. Carlos Miguel: Observou que, dentro do critério do interesse atual dos povos, a Grécia, por exemplo, seria excluída, visto não ter importância atual.

Prof. Delfim Santos: Esclareceu que não era disso que se tratava.

À criança interessa o legado da Grécia, que se liga aos seus interesses presentes. É o ponto de vista inglês, que presta especial atenção aos legados.

Dr. Jorge de Macedo: Devia-se atentar na evolução da sociedade, do passado para o presente. Certas civilizações da Ásia, sírias e assírias, foram absorvidas pelo Egito. E é preciso dar aos alunos a noção das forças que se opuseram ao Egito. Era essencial, disse, dar a evolução geral e não violar as civilizações. É preciso dar um conspecto geral, no qual apareçam todos os povos que existiram.





www.delfimsantos.org

Prof. Delfim Santos: Parecia-lhe este ponto de vista certo, mas no plano da microsociologia e micro-história, não no plano da didática da História, tendo em vista um aluno de treze anos. A História do Liceu é um artifício, não é a História como ciência.

Dr. Rui Grácio: O aluno não deveria ser posto diante de civilizações, mas diante do quadro das dificuldades que se depararam ao homem e que não são só egípcias ou caldaicas. Convinha não esquecer que estamos na Europa e será no quadro da Europa que os alunos se vão mover. Pode haver injustiça na visão europeia, mas ela justifica-se. Devia-se pois procurar uma noção de equilíbrio, atendendo ao legado da China, mas sem entrar na sua História política.

Dr. Jorge de Macedo: Parecia-lhe que uma criança pode compreender os problemas que se põem às civilizações e até melhor do que as soluções encontradas. É possível transmitir à criança uma civilização em problemática.

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe que as considerações feitas tinham tendência a encontrarem-se. E a própria intervenção do Dr. Rui Grácio caíra mais em questões de meios do que de objeto.

Dr. Oliveira Marques: Perguntou se a História que se devia ensinar seria a europeia ou a da civilização ocidental. Informou, a propósito, que havia tendência a incluir na História ensinada nos Liceus a evolução de países como a Grécia e a Turquia.

Prof. Delfim Santos: Propôs que no próximo dia de reunião se analisasse o esboço de programa de História liceal apresentado pelo Dr. Fernando Gilot.

Dr. Rui Grácio: Manifestou a sua discordância com esta proposta e disse que se deveria discutir a atuação didática do professor.

Dr. Joel Serrão: Afirmou a sua concordância com o Dr. Rui Grácio.

Prof. Delfim Santos: Disse parecer-lhe que, partindo da análise do programa, se concentrariam melhor. Mas, teria em consideração essas opiniões. Marcou a próxima reunião para o dia 7 de Março, pelas 16 horas.

5.<sup>a</sup> REUNIÃO - 7 DE MARÇO DE 1959

Dr. Joel Serrão: Abriu a sessão, afirmando que o Prof. Doutor Delfim Santos, impedido de comparecer por se ter deslocado ao Norte para assistir ao Colóquio de Filosofia, promovido pela Faculdade de Filosofia de Braga, lhe pedira para o substituir na orientação do debate que se iria encetar.

Apesar do tema inscrito na agenda para aquele dia ser «os trabalhos didáticos», queria apresentar previamente duas propostas.



www.delfimsantos.org

Em primeiro lugar, que os trabalhos do Colóquio se encerrassem na próxima sessão. O seu prosseguimento não lhe parecia viável, porquanto se meteriam de permeio as férias da Páscoa e o 3.º período era para todos os professores e em especial para os do Liceu Normal exceccionalmente afadigado.

Em segundo lugar, quanto à projetada realização de um Colóquio sobre o ensino da Filosofia nos Liceus, considerava que, apesar da sua urgência e utilidade, se deveria realizar no início do próximo ano letivo, pelas razões acima apontadas relativamente ao prosseguimento do Colóquio de História e para que pudesse decorrer mais eficientemente, aproveitando a experiência colhida deste último. Em conversa com o Sr. Reitor do Liceu Normal de Pedro Nunes, tinham acordado em que o Colóquio de Filosofia se realizasse durante 3 ou 4 dias seguidos, com agenda previamente estabelecida; que fosse facultada a apresentação de comunicações que seriam sujeitas a debate; que se alargasse o âmbito do Colóquio, convocando todos os professores de Filosofia do País e, possivelmente, solicitando o apoio do Instituto de Alta Cultura.

Pedi, finalmente, a todos os presentes que apresentassem as suas sugestões sobre estas duas propostas, antes de se iniciar o estudo do tema previsto para aquela sessão.

Dr.<sup>a</sup> Lucília Estanco Louro: Considerou prematuro o encerramento do Colóquio na próxima sessão, visto que até então poucos problemas se tinham esclarecido definitivamente e a matéria por abordar era ainda extensa.

Dr. Joel Serrão: Afirmou que a sua proposta havia sido ditada pelas razões acima apontadas, que lhe pareciam difíceis de transpor. Logo no início do 3.º período começariam no Liceu Normal os exames dos estagiários, tornando-se assim dificultosa a comparência destes e dos professores metodólogos. Por outro lado, não lhe parecia útil continuar o Colóquio, com um número cada vez mais reduzido de pessoas presentes.

Dr.<sup>a</sup> Maria António Pessanha Santos: Propôs que se aproveitassem ainda as tardes de sábado do mês de Abril, visto ser o período menos assoberbado com trabalho e haver muitos assuntos de grande interesse por abordar.

Dr. Rui Grácio: Apontou que até Maio se dispunha de cinco sábados livres. Propunha portanto que se aproveitassem no todo ou em parte para definir concretamente as conclusões e que se distribuisse a matéria a versar por essas sessões disponíveis.

Dr. Fernando Gilot: Concordou em que talvez se devesse prolongar os debates até Maio para definir concretamente os problemas.



www.delfimsantos.org

Dr. Carlos Miguel: Afirmou não compreender a razão da súbita urgência em terminar o Colóquio. Na medida em que não se delimitara de início o prazo das sessões, tornava-se difícil pôr-lhes termo precipitadamente, em meio do estudo dos problemas previstos.

Dr.<sup>a</sup> Maria António Pessanha Santos: Apontou a necessidade de se elaborarem por escrito as conclusões do que havia sido exposto.

Dr. Luís Terry: Considerando que o grande interesse daquele Colóquio residia no facto de constituir uma experiência, necessário se tornava levá-la até ao fim para demonstrar que era concludente. Por outro lado, o facto de se não ter estipulado de início a duração do Colóquio não permitira distribuir as matérias metodicamente por um tempo determinado. Pôr termo às sessões seria interromper a sequência do plano de estudos, desvirtuando assim o valor dos seus resultados.

Propôs, finalmente, que se distribuíssem as matérias a versar pelo tempo ainda disponível, para que a experiência resultasse válida e dela se deduzissem o maior número possível de conclusões.

Dr. Fernando Gilot: Referiu-se à segunda proposta do Dr. Joel Serrão, relativa ao Colóquio de Filosofia. Se bem que não pusesse em dúvida o valor dessa proposta, queria acrescentar que, embora metodólogo de História, era seu parecer que um Colóquio de Filosofia apresentava muito maior urgência e importância que o presente, pelo que não devia ser posta de parte a ideia da sua realização.

Dr. Joel Serrão: Em face das opiniões expressas, concluiu que se deveria prolongar o Colóquio pelas reuniões necessárias à discussão de todos os problemas inscritos na agenda. Considerava porém que a maior parte deles já haviam sido abordados e que a elaboração das conclusões se achava facilitada pelo facto de haverem sido registadas, nas atas das sessões, as declarações dos presentes. Deste modo, era seu parecer que um reduzido número de reuniões bastaria para realizar de forma completa o programa inscrito na agenda.

Pediu a todos os presentes que passassem a discutir o tema previsto para aquele dia, pois do modo como decorresse a sessão se poderia concluir por quanto tempo devia prolongar-se o Colóquio.

Dr. Duque Vieira: A propósito da utilização do documento no ensino da História, afirmou que esse processo didático lhe parecia útil desde que se referisse apenas a narrativas que suscitassem o interesse dos alunos. Como já o afirmara na conferência pedagógica realizada naquele mesmo Liceu, na semana antecedente, supunha que textos de grandes autores, tais como Herculano, Oliveira Martins, Raul Brandão, etc., poderiam com grande interesse ilustrar e completar o texto do manual.



www.delfimsantos.org

O professor deveria, contudo, seleccionar os textos que os rapazes mais apreciassem, quer referentes à História de Portugal, quer à História Universal.

Dr. Joel Serrão: Afirmou a necessidade de se utilizar o tipo de documentos citado pelo Dr. Duque Vieira, tanto mais que os manuais eram baseados no trabalho desses historiadores. Mas o que a didática moderna prescreve é algo diferente, pois se refere ao próprio documento, e não à elaboração literária levada a efeito pelos historiadores. Evidentemente, impõe-se elaborar uma didática do documento adequada à idade dos alunos, à matéria versada, etc., sem o que ele perderá grande parte do seu valor. Mas se os professores não levarem a criança a elaborar pessoalmente a sua interpretação do documento que lhe é apresentado, o ensino de História não será profícuo.

Dr. Fernando Gilot: Começou por responder ao Dr. Duque Vieira, citando um texto inserto nos «*Cahiers Pédagogiques pour l'Enseignement du Seconde Degré*» de 15 de dezembro de 1952, e intitulado «*Enquêtes sur la formation de l'esprit logique et sur la pédagogie du document*». Iniciou as suas considerações, chamando a atenção para o facto de o valor educativo do documento pretender dois objetivos distintos:

a) Ilustrar o curso do professor;

b) Servir de base às investigações dos alunos dirigidos pelo professor, com o fim de conduzir à elaboração do conhecimento.

A didática que se preconiza atualmente, disse, pretende o segundo objetivo, quer dizer, pretende utilizar o documento como ponto de partida da lição, fulcro à volta do qual toda a lição gira, o documento servindo apenas para o professor conseguir despertar a reação do aluno, no sentido de construir a lição. Isto implica a escolha cuidada dos documentos, o seu respetivo estudo, a preparação minuciosa do professor, largamente compensado com os resultados obtidos, tais como: o espírito de rigor que o aluno vai, pouco a pouco, adquirindo, a consciência de que é ele próprio que elabora o seu conhecimento, a autonomia do seu juízo crítico perante o documento, a positividade do seu pensar, bem como a capacidade de elaboração de hipóteses.

Dr. Duque Vieira: Perguntou a que idade se referia o texto pedagógico citado pelo Dr. Gilot.

Dr. Fernando Gilot: Respondeu que o documento se poderia aplicar a qualquer idade. Evidentemente que nos anos inferiores se deveriam aplicar mais adequadamente os documentos audiovisuais, enquanto que, nos anos mais adiantados, teria maior alcance o emprego de documentos literários. Não se deveria, porém, utilizar apenas documentos comprovativos da exposição do professor, mas sim documentos construtivos de uma lição. A tarefa do professor torna-se deste modo



[www.delfimsantos.org](http://www.delfimsantos.org)

muito mais dificultosa. Não se trata apenas de preparar uma lição com base nalgumas leituras, mas antes de elaborar um questionário, inteligentemente conduzido em face do documento, de modo a que o aluno descubra por si próprio a teoria implícita no texto.

As experiências realizadas naquele mesmo Liceu pelos estagiários provaram sem restrições o valor de tal método. Em face dos resultados obtidos, os estagiários procuram construir, sempre que possível, as suas lições sobre documentos e, por outro lado, os alunos, tanto os do 7.º ano como os do 5.º, mostram-se entusiasmados com tais lições.

Para além do interesse e atenção que suscita nas crianças, o documento apresenta-se como essencialmente formativo: desenvolve o espírito crítico e de reflexão; cria o espírito de rigor, na medida em que os alunos são levados a não concluir mais do que se acha contido nas premissas; modela os temperamentos demasiado imaginativos que encontram assim uma possibilidade de desenvolver as suas virtualidades, submetendo-as contudo a uma base concreta.

Em seu parecer, a didática do documento seria o caminho a seguir.

Simplemente, a sua aplicação encontrava uma grande dificuldade na extensão do programa. As experiências realizadas no estágio obtiveram ótimos resultados mas atrasaram o cumprimento das matérias. Considerou, portanto, que era necessário reduzir o programa, de acordo com as necessidades da nova didática.

Dr. Joel Serrão: Subscreeveu inteiramente as palavras do Dr. Gilot e propôs que a discussão se circunscrevesse àquele tema.

Dr. Luís Terry: As afirmações do Dr. Gilot suscitaram-lhe uma dúvida: até que ponto seria possível articular um programa circunscrito à didática do documento.

Sendo a História essencialmente expositiva, o método tradicional apresentava-se-lhe também adequado, pelo que propunha, apesar de o termo não ser do seu agrado, que se empregasse um método híbrido.

Não concordava com a afirmação de que o programa se devia submeter à didática. Portanto, a utilização sistemática do documento parecia-lhe inviável. O valor do novo processo didático residia no facto de o aluno ter ao seu dispor uma instrumentação nova, que lhe permitia formar as suas qualidades intelectuais, que o ensinava a saber servir-se individualmente do material que lhe propunham, em suma, que dava uma vertebração, uma autonomia, uma independência ao próprio aluno.

Exemplificando, não achava possível dar ao aluno uma visão correta da política legislativa de um dos nossos maiores reis, senão o maior, D. Fernando, sem lhe

apresentar um documento ilustrativo, confrontando-o, até, com textos da legislação atual.

A revolução de 1383-85 poderia também ser dada de forma idêntica. Não havia pois dúvida de que grande parte do ensino da História se poderia erguer sobre documentos e seria útil organizar, para tal fim, um arquivo de fotocópias.

Mas, empregando exclusivamente tal método, dificilmente seria possível estabelecer a articulação entre os diferentes capítulos e transmitir à criança a noção de continuidade, fundamental na visão histórica.

Acrescentou ainda a necessidade de se organizarem em todos os liceus Salas de História, providas de um arquivo de documentação, de uma pequena biblioteca especializada, etc., à semelhança do papel que se desempenhava o Gabinete de Física, no ensino desta cadeira.

Dr. Joel Serrão: Notou que as palavras do Dr. Terry vinham ao encontro do que todos mais ou menos pensavam. Nenhum dos presentes pretendia defender a exclusividade do novo método, e o aparente exagero de algumas expressões tinha origem na necessidade de remar contra a maré. Evidentemente, que o aluno precisava de sair do 5.º ano com uma visão sintética da evolução histórica, a qual só poderia ser transmitida por meio do método expositivo.

Dr. Fernando Gilot: Embora de acordo com as palavras do Dr. Terry, não aceitava a expressão «didática tradicional». A didática moderna já não é dogmática, como a tradicional, mas sim problemática. De facto, o que se pretende inculcar nos alunos é a consciência dos problemas suscitados pela evolução histórica, colocando-os perante certos dados, que eles são levados a meditar para descobrir a sua solução.

Deste modo, o ensino torna-se vivo, desperta o interesse da criança e suscita-lhe o espírito de reflexão e crítica.

Dr. Luís Terry: Verificou com agrado que todos se encontravam de acordo. A sua intenção tinha sido apenas a de lembrar que a didática clássica tinha o seu valor e não podia ser esquecida em face dos novos métodos.

Dr. Fernando Gilot: Mais uma vez quis pôr em relevo que a grande dificuldade que se apresentava ao professor na aplicação dos novos métodos didáticos era a existência de um programa demasiado extenso. Propunha, portanto, que se estudasse a maneira de rever o programa, de acordo com as necessidades da didática moderna.

Dr. Duque Vieira: Afirmou que, em sua opinião, o bom ensino não dependia dos métodos didáticos. A missão do professor consistia em interessar o aluno por meio duma exposição viva, ilustrada de quando em quando com documentos historiográficos ou excertos de romances históricos. Não era porém necessário





www.delfimsantos.org

recorrer constantemente a documentos, para cuja análise os alunos não tinham preparação.

Dr. Joel Serrão: Concluiu que, para além de divergências de pormenor, era manifesto o acordo entre todos os presentes sobre o tema em discussão.

Dr. Jorge de Macedo: Considerou errado o ponto de vista de que o programa devia servir a didática.

O programa estabelecia os elementos considerados úteis à preparação do aluno para a vida. Portanto era à didática que competia servir o programa, de modo a que este fosse perfeitamente assimilado pelo aluno.

Por outro lado, a didática da História não podia ser inteiramente problemática, visto inúmeros temas não poderem ser problematizados ao nível intelectual da criança. O objetivo fundamental do ensino secundário era transmitir aos alunos os conhecimentos básicos, que possuíssem valor formativo, e não praticar exercícios de didática.

Dr. Gilot: No seu entender, o Dr. Jorge de Macedo estava a tomar a palavra «problemática» num sentido desviado. Quando se falava em didática problemática, por oposição à didática tradicional, não se pretendia afirmar que a criança possuísse a mentalidade formada para debater e analisar em pormenor os grandes problemas históricos, mas apenas que ela estava apta a compreendê-los nas suas linhas gerais.

Atualmente, considera-se que o aluno não tem que aprender mas que compreender. A compreensão é a descoberta pessoal da verdade, no autêntico sentido socrático. Evidentemente, que essa descoberta não prescinde do auxílio e do amparo do mestre, pois não poderemos admitir que o escravo do *Ménon* tivesse alcançado os princípios geométricos que regem o quadrado, se não fosse sabiamente conduzido por Sócrates. Mas a didática moderna, tal como a maiêutica socrática, é o único método que torna o aluno um elemento ativo, colaborante na sua própria formação, e que permite desenvolver as suas capacidades intelectuais - o espírito crítico, de probidade, de rigor, de análise e reflexão.

O ensino dogmático tornar-se-ia estéril, na medida em que o aluno esquece rapidamente o que decorou. O ensino problemático tornar-se-ia fecundo, na medida em que a criança, descobrindo por si própria as relações entre os elementos que lhe foram apresentados, não só desenvolveria as suas virtualidades, como conservaria duradouramente essas aquisições conseguidas por um esforço pessoal de compreensão e descoberta.

Dr. Jorge de Macedo: Notou que apenas tinha desejado apontar o perigo de se esquecer a função social da educação. Educar consiste em preparar a criança para a vida, transmitindo-lhe os conhecimentos que serão mais tarde imprescindíveis. Se a



www.delfimsantos.org

finalidade da educação é ensinar um certo número de matérias tidas por fundamentais, estabelecendo o seu nexó lógico, a didática - problemática, dogmática, ou o que se quisesse - deveria subordinar-se às matérias, para satisfazer cabalmente esse objetivo pedagógico.

Portanto, continuava a negar que o programa devesse servir a didática, como achava impraticável a aplicação de uma didática exclusivamente problemática.

Dr. Gilot: Notou que o Dr. Jorge de Macedo estava a encarar a questão no nível do professor catedrático, levado pela sua formação universitária. Pediu-lhe ainda que concretizasse o seu ponto de vista de que a didática da História, ao nível secundário, não poderia ser problemática.

Dr. Jorge de Macedo: Considerava, por exemplo, impossível ensinar à criança, por forma problemática, o feudalismo ou o absolutismo. Ou a criança subalternizaria o problema, ou se desorientaria com a sua complexidade.

Dr. Gilot: Referiu que, precisamente a respeito do exemplo apresentado pelo Dr. Jorge de Macedo - o feudalismo -, os seus alunos do 4.º ano, turma A, colocados perante o conjunto de fatores históricos condicionantes das instituições feudais, e que eles já conheciam no decorrer de aulas anteriores, caracterizaram e definiram, sem nenhuma dificuldade, o fenómeno em questão, independentemente de qualquer análise de definição prévia. E, para mais, na última lição feita sobre o mesmo assunto, interrogados sobre se o feudalismo seria ou não fenómeno tipicamente medieval, souberam perfeitamente concluir, e com imediatez, que ele surgiria em todas as épocas sempre que esses mesmos fatores reaparecessem.

Dr. Jorge de Macedo: Notou que a conclusão era errada.

Dr. Gilot: Acrescentou que talvez o fosse; mas que, pelo menos, era certa ao nível do aluno liceal.

Dr. Rui Grácio: Notou que dos três problemas propostos a debate na agenda - manual, documentação e Sala de História - suscitara maior interesse a documentação. Na sua opinião, porém, o problema do manual não era menos importante. Um manual, que constituísse um livro método, seria um instrumento capital para o professor, tanto mais que na maior parte dos casos ele é lançado no ensino sem preparação.

Deste modo, levantava-se o seguinte problema: quais deviam ser as qualidades de um bom manual? Parecia-lhe desnecessário enveredar por uma discussão prolongada, pois um bom manual francês poderia constituir um exemplo ótimo dessas qualidades, isto é, boa apresentação gráfica, uma parte expositiva e uma parte de documentação, alargada aos textos, diagramas, gravuras e exercícios. Ao referir-se aos manuais franceses, não pretendia ignorar as excelentes qualidades dos manuais



www.delfimsantos.org

ingleses, mas parecia-lhe de facto que os primeiros estavam mais próximos do espírito da nossa cultura. Muito se tem criticado o facto de seguirmos demasiado os manuais franceses, limitando assim o ensino da História Universal a uma visão unilateral, eminentemente francesa. Infelizmente, o que se imitava nesses manuais era o seu conteúdo e não o seu método, como ele próprio propunha.

O que se lhe afigurava imprescindível num bom manual era uma exposição perfeitamente ordenada, de modo a facilitar a preparação para o exame, e uma parte externa de documentação e exercícios, que incitasse o aluno ao trabalho. Seria também útil introduzir no ensino aulas de trabalhos manuais que, conforme algumas experiências já realizadas, interessavam muitíssimo os alunos, conduzindo a ótimos resultados.

Considerava que a documentação e a Sala de História se enquadravam neste espírito de trabalho ativo suscitado pelo manual. Quanto à documentação, partilhava inteiramente a opinião do Dr. Gilot e não a do Dr. Duque Vieira. Um texto coevo podia ser tão elucidativo como um texto historiográfico, com a vantagem de ser mais rico em sugestões. Ora a utilidade de um documento não lhe parecia ser apenas o seu lado formativo, mas também o seu carácter sugestivo, que levava a criança a tomar maior gosto pelo estudo. Quanto à organização de Salas de História, considerava-a de grande utilidade. A Sala de História seria o ambiente adequado a um ensino ativo, devendo conter uma biblioteca, provida: de livros gerais de consulta, enciclopédias, etc., e afirmava até, sem receio da palavra, que devia constituir uma autêntica oficina. Dada a grande tendência da criança para as artes plásticas, devia-se utilizá-la nos trabalhos manuais.

Acrescentou ainda que se devia encarar de frente o problema dos exames, até porque eles poderiam constituir um ótimo processo de agitar o meio. A propósito, citou o caso de uma professora destacada para fazer serviço de exames que resolvera apresentar aos examinandos algumas gravuras de obras de arte, para que eles as identificassem. Esta sua atitude suscitou de tal modo o pânico entre alunas e até professoras, que de um dia para o outro foram adquiridas nas livrarias grande número de coleções de gravuras.

Mostrava pois que os problemas didáticos não eram apenas de programas, mas também de manuais, de horários, de exames, etc. Todo o ensino de História devia ser revisto à luz destes problemas e das soluções que lhe são apontadas pelos métodos ativos.

Dr. José Fernandes Fafe: A propósito do debate anteriormente levantado, desejaria fazer uma observação, sem pretender por isso cair no ecletismo, posição que de resto não professava. Ouvira dizer, e fora sensível a essa afirmação, que a didática devia condicionar o programa; ouvira dizer e fora também sensível a esse novo ponto

de vista que o programa é que devia condicionar a didática. A sua pergunta era portanto a seguinte: não poderiam ambos condicionar-se mutuamente?

Dr. Jorge de Macedo: Afirmou que estava plenamente de acordo com a observação do Dr. Fernandes Fafe.

Dr. Joel Serrão: Disse que pretendia exatamente levantar o mesmo problema. A pergunta do Dr. Fernandes Fafe parecia-lhe inteiramente válida e, na sua opinião, não poderia pôr-se o problema de maneira diferente.

Propôs que na sessão seguinte se discutisse exclusivamente o problema do manual. Resolvido este, as intenções de todos os presentes ao organizar aquele Colóquio achar-se-iam inteiramente cumpridas. Não via pois vantagem em prolongar o Colóquio, que em sua opinião estava já a avizinhar-se do fim. Tratava-se de uma experiência, como experiência realizara-se plenamente, conduzindo todos os presentes a ótimas conclusões. Aquela sessão, por exemplo, revelara, para além de desentendimentos motivados mais por diferenças de expressão que de pensar, que o acordo era unânime.

Propunha portanto que no sábado seguinte se resolvesse definitivamente quando deveriam terminar as reuniões.

Dr. Rui Grácio: Parecia-lhe demasiado dedicar uma sessão inteira ao problema do manual. Desde que todos estivessem de acordo que o manual a adotar seria do tipo dos franceses o problema achava-se praticamente resolvido.

Dr. Gilot e Dr. Joel Serrão: Manifestaram o seu acordo perante a proposta do Dr. Rui Grácio.

Dr. Rui Grácio: Achava mais importante que se dedicasse a próxima sessão aos problemas das tarefas dos alunos, de comunicação entre os professores, dos exames, etc.

Dr. Joel Serrão: Encerrou a sessão, convidando todos os presentes a meditarem nos problemas propostos para que se pudesse dar-lhes uma solução rápida e definitiva.

#### 6. a REUNIÃO - 14 DE MARÇO DE 1959

Prof. Delfim Santos: Começou por felicitar os presentes, pois estavam reduzidos ao número ótimo, para estudar o problema. E como tinha que comparecer a outra reunião, passaria a direção do Colóquio ao Dr. Joel Serrão e sugeriu que se escolhesse uma comissão para tratar da elaboração das conclusões, tendo-se acordado que essa ficasse constituída pelos Drs. Fernando Gilot, Joel Serrão, Rui Grácio e Fernando Castelo-Branco, secretário. Foi também acordado que a próxima reunião se efetuariaria no dia 4 de Abril e que seria provavelmente a última.





www.delfimsantos.org

Dr. Joel Serrão: Perguntou se valeria a pena insistir-se nos requisitos de uma boa lição de História. Acrescentou que, entre professores, seria redundância falar disso particularmente depois do que ali tinha sido dito.

O mesmo não acontece, porém, com a Sala de História, que urge pedir.

Porque ela resolverá todos os nossos problemas? de modo algum; mas virá a criar parte das condições necessárias a um ensino eficiente. Ora, para que a aula se modifique não valerão prédicas ou sonhos, se essa e outras condições da eficiência do nosso ensino não estiverem efetivadas.

Acerca das dificuldades levantadas na última sessão sobre a Sala de História considerou que a sua função era a mesma do laboratório de Física. Não implicava que todas as aulas se dessem aí. Os professores veriam depois a melhor maneira de a utilizar.

Disse-se que poderíamos partir, em princípio, de bons manuais franceses e ingleses existentes. Na verdade, não poderemos deixar de partir deles, se quisermos ensaiar métodos didáticos inovadores. Mas daí ao manual adequado ao ensino da História a alunos liceais portugueses poderá ir sua distância. Como reagirão a tal manual, quando o tivermos, os alunos e, até, os professores? Com que resultados? Eis perguntas a que só a experiência poderá responder, com as delongas que lhe são próprias, enquanto não tivermos meios de experimentação adequados. Ou seja: enquanto não tivermos um Instituto de Pedagogia, por exemplo, que poderia tentar definir as características a que deveria obedecer esse bom manual português de História.

Quanto ao documento, não lhe parecia que se tivesse produzido ali uma única afirmação convincente acerca do desvalor do documento histórico na prática docente. Onde o afigurar-se-lhe legítimo pedir-se o adequado apetrechamento documental da Sala de História, particularmente no que respeita a documentação portuguesa.

Quanto à didática do documento, não valerá a pena estar a estabelecê-la a priori. Socorramo-nos de experiências alheias, que são já abundantes, e experimentemos nós mesmos, numa escala maior do que até aqui.

A tarefa do aluno de História terá de consistir tão-somente na repetição do manual ou da lição do mestre, ou será legítima a esperança de se rumar noutra sentida? Se a esperança não fosse legítima, não estaríamos aqui há tantas semanas já, ou nem nos chegaríamos a reunir. .. Julgava, pois, que deveremos concentrar de futuro os esforços nesse último ponto da agenda:

Que temos feito, ou achamos possível fazer-se, para levar os alunos a uma atitude investigadora ante o passado?



www.delfimsantos.org

Se tivermos em mira a brevidade, começando por exigí-la de nós mesmos, poderemos adiantar bom caminho hoje. A próxima sessão poderia servir para discutirmos as conclusões a que, ao longo destes debates, formos chegando. Insisto neste ponto, que me parece fundamental; devemos terminar o Colóquio quanto antes. Razões: 1) As posições estão definidas; 2) Os problemas formulados; 3) Só resta concretizar os pontos de acordo, as aspirações e os desejos manifestados.

Embora fora do âmbito dos estudos que circunscrevemos (2.º ciclo), entendia que não devíamos perder a oportunidade de estarmos reunidos para incluir nas nossas conclusões um voto respeitante ao ensino da História no 6.º ano. Ei-lo: 1) Que esse programa seja revisto, quanto antes, no sentido da sua simplificação, pois é impossível dá-lo devidamente tal como está; 2) Que se procure remediar a falta de manual. Como? A respeito desta sugestão chamo a atenção para o criterioso artigo do Prof. Martins de Carvalho, publicado no último número da Palestra, sobre as dificuldades invencíveis do atual curso de História do 6.º ano.

Dr. Duque Vieira: Esclareceu que não se cortara o programa do 6.ª ano, porque o Ministro de então dissera que cortassem no 2.º ciclo, mas que nada tirassem ao programa do 3.º ciclo.

Dr.ª Joana Mendes Leal: Chamou a atenção para o facto de ser indispensável rever o programa, pois tudo quanto se fizesse não podia ser feito com base no atual programa.

Dr. Joel Serrão: Considerou que a elaboração do programa era prematura.

Dr. Rui Grácio: Apoiou a orientação do Colóquio, que não mergulhara na análise dos programas, parecendo-lhe que esta não seria útil. Podiam pois estabelecer recomendações ou se fossem para um programa concreto esse deveria ser feito pela comissão já nomeada ou por outra.

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe que a elaboração dum programa exigiria meses de trabalho e condições que não se podiam agora preencher.

Dr. Rui Grácio: Propôs que a comissão ou outra comissão se oferecesse para fazer o programa.

Dr. Joel Serrão: A proposta do Dr. Rui Grácio, disse, conciliava-se com a que iria fazer, de no novo ano letivo se fazer nova tentativa neste género e para estabelecer um novo programa. Essa comissão podia ficar exarada nas conclusões. E podiam entrar pois no tema da agenda do dia.

Dr. Rui Grácio: Como tinha prometido, disse, ia referir-se, e antes de entrarem no assunto da agenda, ao arquivo do professor de História, que ele fundou na revista *Labor*, tendo lido a introdução ao primeiro documento.

Apontou depois as suas características e as dos outros documentos publicados.

Dr. Joel Serrão: Afirmou que essa iniciativa merecia todo o louvor, mas ao fim de la anos teriam 100 documentos. Não resolveria pois os nossos problemas.

Dr. Rui Grácio: Mas, observou, a troca de experiências em volta dos documentos publicados era valiosa e, em segundo lugar, o próprio facto da sua leitura pelos professores pode ser animadora e levá-los a criar o seu arquivo pessoal.

Dr. Fernando Gilot: Referiu-se ao arquivo dos documentos que se estava a tentar organizar no Liceu. Seria constituído por reproduções de documentos, cujas gravuras já existiam, ficando por isso muito mais económico.

Dr.' Maria Lucília Estanco Louro: Sobre os documentos referiu que no ano findo tinham-se recebido nos liceus pastas com gravuras e documentos, e gostaria de saber como os utilizavam, pois era impossível dá-los aos alunos para circularem.

Dr. José Paixão: Elucidou que no liceu tinham pensado em resolver o problema envolvendo-os em celofane. Referiu-se ainda à impossibilidade que tivera para levar os alunos à Biblioteca Nacional para ver um documento.

Dr. Carlos Miguel: Parecia-lhe que no próximo Colóquio, o de Filosofia, se deveria distribuir com bastante antecedência o temário. Se assim se fizesse haveria mais pessoas presentes ao Colóquio.

Dr. Joel Serrão: Observou que o Colóquio durava há meses e por isso todos já sabiam o que se estava tratando.

Dr. Carlos Miguel: Quando estudara História no liceu davam-se as civilizações separadamente. Parecia-lhe tal método pouco recomendável.

Dr. Joel Serrão: Esclareceu que essa questão já fora tratada e analisada, dando-se até como exemplo o caso das civilizações do Próximo Oriente.

Dr. Rui Grácio: Parecia-lhe útil que se criasse algo de semelhante ao que há em França: o serviço de educação dos Arquivos e dos Museus. Uma visita à Torre do Tombo era útil, mas devia notar-se que era epidérmica. Era preciso que a visita fosse planeada previamente.

Dr. Joel Serrão: Pediu aos presentes que comunicassem algumas experiências, por exemplo, acerca do aproveitamento dos cadernos diários.

Dr.<sup>a</sup> Maria Ângela Grácio: Começou por se referir a experiências que tem feito de alunos executarem certos trabalhos, como trabalhos manuais, em aulas de modelagem onde se tem feito a reconstituição de certas construções do Egipto, por exemplo, nas aulas de labores, fazendo bordados inspirados em motivos antigos, etc. Tudo isto fazem os alunos com grande gosto. Isto serve para ilustrar as aulas, serve





www.delfimsantos.org

porque nunca mais esquecem o que fizeram. E para os que executam estes trabalhos dá-lhes a possibilidade de revelarem aptidões plásticas, outros trabalhos dão-lhes noção de vigor, de exatidão.

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe que esta era das mais úteis e sérias tentativas para a didática da História. Ele, por exemplo, utilizava dois modelos de cavalos com diferentes modos de atrelagem, feitos por alunos, e com proveito. E esses trabalhos seriam muito mais eficientes se houvesse uma verdadeira coordenação do ensino. Como estamos, concluiu, dependia-se da boa vontade dos professores de Desenho e de Trabalhos Manuais.

Dr. Fernando Gilot: Afirmou que ligava muita importância à feitura dos mapas, desenhados pelos alunos. E outro motivo lhe parecia muito importante: fazerem os alunos uma pequena conferência. Disse proceder do seguinte modo: um aluno escolhido elaborava a conferência e lia-a na aula. Durante oito dias a turma estudava o tema e, depois, um aluno escolhido pelo professor criticava-a. Anteriormente, porém, já tinha explicado aos alunos como se delineava a conferência, as alíneas que devia ter e a bibliografia a utilizar. E ajudava também a fazer a crítica. E finalmente cabia-lhe fazer a crítica da crítica.

Dr. Duque Vieira: Defendeu a ideia da utilidade de ter o professor de História à mão livros, uma pequena biblioteca.

Dr. Fernando Gilot: Revelou que algumas das conferências feitas nas condições indicadas tinham dado resultados muito curiosos. A discussão dum trabalho despertava vocações e elucidava os espíritos. Desde que se pudesse fazer isto, com frequência; a matéria seria muito mais bem ensinada.

Dr. Carlos Miguel: Afirmou parecer-lhe muito útil levar os alunos a fazerem trabalhos. Ele também o tem feito nas suas aulas e com resultados brilhantes.

Dr. Joel Serrão: Disse que antes de terminar gostaria de contar uma experiência que tem feito, em especial no 3.º ano: a utilização do caderno diário. Informava os alunos que classificaria o caderno segundo a documentação que os alunos aí reunissem: cópias de monumentos, mapas, documentos, etc. Por vezes, aparecem-lhe com documentos para ele escolher os mais próprios. Havia alunos, disse, a concluir, que chegavam a reunir nos cadernos um conjunto de documentos muito útil.

Dr.<sup>a</sup> Maria Antonieta Pessanha: Referiu que dava às suas alunas, em Odivelas, apontamentos para elas estudarem. Mas porque tirados ao copiador, não têm ilustrações. E pedia às alunas para fazerem as ilustrações. E conseguiu bom êxito com isso.



www.delfimsantos.org

Dr. Joel Serrão: Explicou que a reunião começara mais cedo para haver tempo suficiente para se tratar tudo quanto fosse considerado útil, nesta última reunião.

Dr. Rui Grácio: Sugeriu que se ocupassem do problema dos exames e que se pedisse para serem feitas modificações em diversas disciplinas, segundo o mesmo espírito das que se haviam sugerido para a História. Os exames estavam-se tornando o fim da atividade escolar, reduzindo a aprendizagem a uma memorização, tornando pouco aceitáveis, até para os alunos, por motivos pragmáticos, as tarefas de caráter formativo. O ensino, disse, está viciado, devido ao exame ser um fim em si mesmo. Por isso, uma alteração do sistema de exames traria uma melhoria para o ensino. Os exames deveriam exprimir, continuar a orientação do ensino que se entenda ser a melhor, seja, por exemplo, a que inclui documentos. Isto seria um estímulo decerto muito benéfico.

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe, disse, que a dificuldade dos exames é geral, pois respeita a todas as disciplinas. Por isso, o ideal seria discuti-lo em escala geral. Devia notar-se que os pontos de exame eram feitos pelos professores, limitando-se a Inspeção a aprová-los. Aliás, uma modificação brusca nos exames podia ser catastrófica.

Dr.<sup>a</sup> Maria Lucília Estanco Louro: Notou que, mesmo sem a modificação, os resultados já eram muito maus, verdadeiramente catastróficos.

Dr. Rui Grácio: Observou que sugerira a inclusão de um documento apenas, isto é, seria somente uma alteração reduzida.

Dr. Duque Vieira: Disse que cerca de 1940 se fizeram pontos de Filosofia com textos, mas com resultados catastróficos.

Prof. Delfim Santos: Parecia-lhe que exames e ensino eram coisas diferentes. Ser competente num dos campos não implica ser competente no outro. O exame é uma técnica psicológica de avaliação e por isso o professor nem sempre é competente como examinador. São duas técnicas diferentes. Devia mesmo afastar-se o exame do estabelecimento de ensino. E isto já foi reconhecido num documento oficial e prometeu-se a criação de um corpo de examinadores. Podia pedir-se pois a efetivação dessa medida. O professor vai examinar consoante ensina e, se podem existir diversas técnicas de ensino, só deve existir uma técnica de exame.

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe que o problema era muito importante, mas que transcendia o âmbito do Colóquio. Por isso podia adotar-se a sugestão do Prof. Delfim Santos.

Dr. Santos Pereira: Em sua opinião, o problema não estava em serem pessoas diferentes a examinar e a ensinar, mas em os exames serem feitos com espírito

diferente. Por exemplo: um aluno bem classificado, que fizesse um exame mau, não devia ser reprovado.

Prof. Delfim Santos: Por isso mesmo é que o examinador não devia ser professor. O examinador, entre nós, tem vícios de ensino, que transtornam gravemente o exame.

Dr. Joel Serrão: Parecia-lhe que o Colóquio devia pedir a criação dum corpo de examinadores, conforme já fora sugerido.

Dr. Rui Grácio: Sugeria que, sem prejuízo da criação dum corpo de examinadores, que seria morosa, se propusessem outras reformas de carácter imediato.

Parecia-lhe que os examinadores, sendo só examinadores, não teriam a compreensão que vinha do contacto com os alunos. Tornar-se-iam máquinas de interrogar.

Prof. Delfim Santos: Esclareceu que dentre os professores são escolhidos e preparados os que pretendem ser examinadores. Eram ainda selecionados pelo talento psicopedagógico revelado nos exames que faziam perante os inspetores e ainda em função do seu tipo caracterológico. Assim, por exemplo, os primários eram excluídos e preferidos os secundários e destes os que possuísem emotividade positiva e revelassem prática compreensão da adolescência.

\*\*\*

Seguidamente foi apreciada e discutida a redação das conclusões do Colóquio, que foi aprovada por unanimidade:

As conclusões alcançadas nos debates do Colóquio, efetuado no Liceu Normal de Pedro Nunes, sintetizam-se nos seguintes pontos:

## I

### *Objetivos do ensino da História nos Liceus*

Um deles é comum ao aprendizado de outras disciplinas escolares quando feito por modo ativo: aquisição de certos hábitos e métodos intelectuais e morais; outro é específico da História: dar ao aluno uma visão sintética da sociedade e das civilizações numa perspetiva temporal (urgindo desenvolver o sentido do tempo histórico no aluno, consoante as suas possibilidades mentais) por forma que essa visão lhe forneça: um quadro de referência em que situe outros conhecimentos; um instrumento de análise e de compreensão do seu próprio tempo; um meio de desenvolvimento de valores morais e sociais em que, nomeadamente, o amor da Pátria não exclua o sentido humanista da solidariedade dos povos e das civilizações.

## II



### *Que História se deve ensinar?*

A História a ensinar no liceu, para se atingir o objetivo acima enunciado, deve ser o estudo elementar das Civilizações. O programa de História deverá estar de acordo e ser harmonizável com as Observações – o que não acontece presentemente –: não deve ter preocupações enciclopédicas, pois o atual, pela sua vastidão, não permite a utilização eficaz dos métodos ativos, nem uma verdadeira compreensão da História pelo aluno, mas somente a sua memorização.

O programa deverá ser elaborado de modo que permita a aquisição, pelo aluno, de uma ideia clara da evolução da humanidade, dos eventos característicos e caracterizadores das principais épocas, dos aspetos fundamentais, dos mais importantes períodos da História da Civilização e de Portugal, dando uma visão globalista, integrativa e explicativa da evolução da economia, das instituições sociais, políticas, religiosas, das técnicas, das artes, da literatura, da cultura e da vida espiritual, pondo em relevo a sua mútua interdependência e a compreensão que a História permite dos problemas do mundo contemporâneo.

Esse programa, além disso, deve ser delineado de harmonia com os interesses psicogenéticos correspondentes aos escolares no 2.º ciclo e com os interesses de caráter permanente.

### III

#### *Meios a utilizar para se alcançarem esses objetivos*

1) Partir das situações mais diretamente vividas, apelando tanto quanto possível para a experiência de tais situações, de modo que estas sirvam de base da aprendizagem e à compreensão da História. Sempre que possível o professor de História iniciaria o ensino a partir da documentação local (arquivos, monumentos, modos de vida, mesteres, tradições, etc.).

2) Utilização dos métodos ativos, considerados como indispensáveis e insubstituíveis pela atual pedagogia, pelo que a amplitude do programa, ao contrário do que atualmente sucede, deve permitir a plena utilização desses métodos pedagógicos.

3) Utilização frequente do documento escrito e figurativo nas aulas e nos exames, o que traria numerosas vantagens, pois auxilia a compreensão histórica, desperta o interesse do aluno, leva-o a uma atitude investigadora e crítica nas aulas e nos exames. E por isso é particularmente urgente a publicação duma coleção de documentos referentes à História de Portugal.

4) Criação, em cada liceu, duma Sala de História, devidamente apetrechada, o que é considerado como um elemento fundamental e imprescindível para uma





[www.delfimsantos.org](http://www.delfimsantos.org)

aprendizagem eficaz da disciplina. Uma parte da documentação poderia ser levada a efeito pelos alunos nas sessões de trabalhos manuais e nas aulas de Desenho.

5) Realização, pelos escolares, sob a orientação do professor, de diversas tarefas instrutivas que lhes despertassem o interesse pela História. Entre elas aponta-se, em primeiro lugar, pelos bons resultados que permite obter, a realização de exposições verbais sobre temas por eles escolhidos ou propostos pelo professor, que seriam analisadas e criticadas pelos colegas. Também seria de aconselhar a realização de trabalhos manuais capazes de despertarem interesse pela História, mobilizar tendências, aptidões e capacidades criadoras espontâneas de que se pode tirar grande proveito educativo.

6) Aproveitamento do caderno-diário, levando o aluno a reunir aí diversos documentos, gravuras, desenhos, etc., capazes de ilustrarem os assuntos de História estudados, auxiliando assim a compreensão deles.

7) Elaboração dum manual que satisfaça os requisitos pedagógicos convenientes, o qual deve conter um texto que pela concatenação da matéria e pelo vocabulário seja compreensível pelos alunos e uma coletânea de documentos criteriosamente escolhidos.

8) Sugere-se a criação dum corpo de examinadores, conforme já foi preconizado há anos num decreto a que não foi dada execução, e acha-se conveniente que nos próximos exames da disciplina de História sejam incluídos documentos.